

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

ARISVALDO DA SILVA SANTOS

**LITERATURA DE CORDEL E INTERDISCIPLINARIDADE: Rumos da literatura
popular no Tocantins.**

ARAGUAÍNA
2017

ARISVALDO DA SILVA SANTOS

LITERATURA DE CORDEL E INTERDISCIPLINARIDADE: Rumos da literatura popular no Tocantins.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura, da Universidade de Federal do Tocantins, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Valéria da Silva Medeiros

ARAGUAÍNA
2017

SANTOS, Arisvaldo da Silva

Literatura de cordel e interdisciplinaridade: Rumos da literatura popular no Tocantins/ Arisvaldo da Silva Santos. – Araguaína: [s.n], 2017.

100f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Valéria da Silva Medeiros

Dissertação (Pós-graduação Stricto Senso em ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, 2017.

1. Literatura de cordel 2. Interdisciplinaridade 3. Ensino de literatura.

ARISVALDO DA SILVA SANTOS

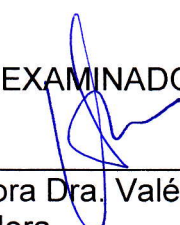
LITERATURA DE CORDEL E INTERDISCIPLINARIDADE: RUMOS DA
LITERATURA POPULAR NO TOCANTINS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura, da Universidade de Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.


Orientadora: Professora Dra. Valéria da
Silva Medeiros

Aprovada em: ____ / ____ / ____

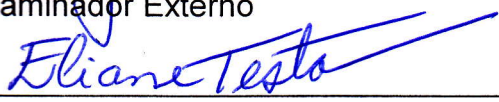
BANCA EXAMINADORA:




Professora Dra. Valéria da Silva Medeiros (UFT)
Orientadora



Professor Dr. João Batista Cardoso (UFG)
Examinador Externo



Professora Dra. Eliane Cristina Testa
Examinadora Interna



Professora Dra. Maria Eleuda Carvalho (UFT)
Examinadora Interna

LISTA DE SIGLAS

LC – Literatura de Cordel.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PNE – Plano Nacional da Educação.

PEE – Plano Estadual da Educação.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

ARISVALDO DA SILVA SANTOS

**LITERATURA DE CORDEL E INTERDISCIPLINARIDADE: RUMOS DA
LITERATURA POPULAR NO TOCANTINS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura, da Universidade de Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Dra. Valéria da
Silva Medeiros

Aprovada em: ____/____/____
BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Valéria da Silva Medeiros (UFT)
Orientadora

Professor Dr. João Batista Cardoso (UFG)
Examinador Externo

Professora Dra. Eliane Testa (UFT)
Examinadora Interna

Professora Dra. Maria Eleuda Carvalho (UFT)
Examinadora Interna

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar, A Deus, a força invisível que sempre me impulsionou principalmente quando em alguns momentos senti que não tinha mais forças para continuar, mas que me manteve sempre firme no alcance dessa conquista; a todos da minha família, em especial a minha avó querida, Dona Alice (pai e mãe), pelo exemplo de amor incondicional e que mesmo sendo analfabeta é a razão dos meus estudos; a minha filha Andressa; a minha mulher Katty pela compreensão mesmo nos momentos mais difíceis da caminhada; À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Valéria da Silva Medeiros, pelo apoio constante desde o início da minha jornada no Mestrado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar amor, paciência e proteção, encher-me de humildade, simplicidade e persistência em todos os momentos; À Prof.^a Dr.^a Valéria da Silva Medeiros, que adotou meu projeto de pesquisa desde o começo, pela orientação, apoio e estímulo constante, sem ela, com certeza não teria chegado até aqui; Ao colega de mestrado: Valdir, irmão de mesma orientadora, por dividir comigo os momentos e apreensões de todo o período de mestrado; Ao Governo do Estado do Tocantins, pelo apoio, concedendo-me o afastamento no ano de 2015 para elaboração dessa pesquisa acadêmica; Aos meus amigos de curso que dividiram comigo as árduas atividades do mestrado; Aos professores, amigos e alunos da Escola Estadual Campos Brasil, no município de Araguaína - TO, da Escola Estadual Professora Joana Batista Cardoso, no município de Arraias – TO, do Colégio Estadual Marechal Castelo Branco e do CETEP – Velho Chico, no município de Ibotirama – BA, como também a todos os profissionais da educação do meu município Muquém do São Francisco – BA, pelo apoio direto ou indireto para realização dessa dissertação; Ao meu irmão Edilson Lima, pelos conselhos e pela dedicação; À minha mãe Neide, apesar da distância, pelo carinho e preocupação com minha jornada; Aos meus irmãos Paulo Roberto, Samuel, Renata e Jaqueline, pelo carinho e confiança; À todos os meus primos, em especial a Leonardo, pelo companheirismo; Aos meus Irmãos de consideração Jairo Barros e o poeta Josemar Santos, por todo apoio e dedicação; Aos amigos Crispim, Vitor, Chico Leite, Reizinho, enfim, a todas as pessoas que colaboraram de uma forma direta ou indireta para a realização desse trabalho acadêmico.

RESUMO

A presente pesquisa sustenta-se principalmente em análises acerca do modo como o ensino de literatura popular/literatura de cordel é abordado nos documentos oficiais de ensino. O tipo de pesquisa realizada foi a bibliográfica e documental, através de uma metodologia qualitativa, onde em primeiro lugar estudamos a literatura popular e a sua relação com a oralidade, posteriormente pesquisamos o surgimento da literatura de cordel no Brasil, em um terceiro momento analisamos o que apontam os documentos oficiais que regulamentam o ensino de língua portuguesa e literatura. Finalmente, analisamos algumas pesquisas que dialogam com a literatura de cordel e o ensino de disciplinas diversas, apontando assim, um caminho para a interdisciplinaridade. Embora distante dos currículos escolares de língua portuguesa, a literatura de cordel se faz presente em diálogos com outras áreas do conhecimento na educação. Não são desconhecidas as grandes quantidades de pesquisas realizadas na área educacional utilizando como base obras de poetas populares do cordel no ensino de matemática, física, história, pedagogia, geografia dentre outras. Isto mostra não somente a sua relevância para o ensino como também sua capacidade de dialogar interdisciplinarmente. A literatura de cordel tem utilizado temáticas diversas na atualidade abordando assuntos como gênero, homossexualidade, educação, política e outros, demonstrando sua ampla capacidade de operacionalizar debates em vários outros campos disciplinares para além da literatura. A literatura de cordel é um bem cultural que viscejou sobretudo no nordeste do Brasil e vem, aos poucos, recebendo o valor que ao longo dos séculos lhe foi negado. Inicialmente era considerada apenas um bem cultural ligada ao folclore da região, com o tempo, a partir da realização de vários estudos em instituições de nível superior, tornou-se conhecida e passou a ser vista como mais uma vertente literária de origem popular. Isso foi suficiente para que a LC se tornasse conhecida e adquirisse o valor que lhe foi negado ao longo do tempo. Esta pesquisa tem como escopo desenvolver estudos que privilegiem os aspectos levantados acima, tomando o objeto LC em termos sincrônicos, a partir de sua localização num espaço específico do Brasil e diacrônico, a partir de seu desenvolvimento ao longo da história. Para tanto, empregaremos as conclusões colhidas em estudos realizados juntamente com a Prof.^a Valéria Medeiros.

Palavras-Chave: Literatura de cordel; Interdisciplinaridade; Ensino de literatura.

ABSTRACT

This research mainly holds up in analyzes about how the popular literature of teaching / Cordel literature is discussed in mainstream education documents. The type of research was the literature and documents, through a qualitative methodology, which first studied the popular literature and its relation to orality subsequently researched the emergence of string literature in Brazil, in a third time we analyze the that link the official documents governing the Portuguese language teaching and literature. Finally, we look at some research that dialogue with the literature of Cordel and teaching different subjects, pointing thus a way to interdisciplinarity. Although far from school curricula Portuguese language, Cordel literature is present in dialogues with other areas of knowledge in education. Are not unknown large amounts of research carried out in education using as a basis works of popular Cordel poets in the teaching of mathematics, physics, history, education, geography and others. This not only shows their relevance for teaching as well as their ability to talk across disciplines. The string literature has used different topics today addressing issues such as gender, homosexuality, education, politics and others, demonstrating its wide capacity to operationalize debates in several other fields in addition to the literature. The string literature is a culture asset that viscejou especially in northeastern Brazil and is gradually getting value which over the centuries was denied. Initially it was considered only a culture connected to the folklore of the region, with time, from various studies in higher education institutions, it became known and began to be seen as more a literary aspect of popular origin. That was enough for the LC to become known and gain the value that has been denied over time. This research has the objective to develop studies that emphasize the issues raised above, taking the LC object in synchronic terms, from its location in a specific area of Brazil and diachronic, from its development throughout history. Therefore, we will use the findings collected in studies with teacher Valéria Medeiros.

Keywords: Cordel Literature; interdisciplinarity; teaching of literature

Nos caminhos da Educação

Eu já escrevi cordéis
Falando de Lampião,
Frei Damiano, Padre Cícero
E outros mitos do sertão,
Mas agora os versos meus
Serão sobre educação.

Só que eu não vou fazer isso
Por causa de um bom palpite,
Mas porque um professor
Me fez o feliz convite.
E sabendo que na vida
Todos temos um limite.(...)

Achei a iniciativa
Ser por demais pertinente,
Até porque no Nordeste,
Num passado bem recente,
Cordel alfabetizou
E informou bastante gente.

É que os cordéis sempre são
Histórias bem trabalhadas,
Possuem linguagem fácil,
Estrofes sempre rimadas,
Versos sempre bem medidos,
Palavras cadenciadas.

E eu nasci no sertão
E no sertão fui criado,
Estou à vontade, pois
De casa para o roçado
Foi através do cordel
Que fui alfabetizado.
(Moreira de Acopiara)

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1 – O PERCURSO DA LITERATURA DE CORDEL NO BRASIL.....	14
1.1 Conceituando a Cultura popular.....	18
1.2 Poesia e oralidade.....	22
1.3 A Literatura de Cordel no Brasil.....	26
1.4 “Leandro, o poeta”.....	30
2 – LITERATURA POPULAR E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	34
2.1 O ensino de literatura da LDB aos PCN.....	37
2.2 O Ref. Curricular do Estado do Tocantins e a literatura popular.....	41
2.3 A literatura popular no livro didático do ens. Médio e Fundamental.....	45
3 – LITERATURA DE CORDEL E INTERDISCIPLINARIDADE.....	50
3.1 Ensino de literatura e Literatura de Cordel: A questão do Cânone.....	52
3.2 Sobre interdisciplinaridade.....	55
3.3 A Literatura de Cordel e o diálogo com outras disciplinas.....	61
4. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO CORDEL E DO ENS. BÁSICO...65	
4.1 O PNE e PEE 2015-2025.....	68
4.2 O papel do professor nas Diretrizes Curriculares Nacionais e PCN	72
4.3 Cordel e Diversidade Cultural.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
6.REFERÊNCIAS	80
7. Anexos.....	85

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A gênese deste trabalho parte do ano de 1995, período em que, ainda estudante do ensino médio técnico na Bahia, tive contato em praça pública com diversos poetas e cantadores, recitando cordel e tocando emboladas e repentes que encantaram minha alma. A partir daquele momento a curiosidade pelo assunto cresceu, ao ponto de me levar ao curso de letras e me tornar um poeta e professor de língua portuguesa e literatura. O assunto é de tal maneira empolgante que ultrapassou a barreira do tempo e chegou até a presente pesquisa sobre literatura de cordel e a interdisciplinaridade.

No período em que vicejou em mim a curiosidade pelo mundo mítico da Literatura de Cordel e da poesia como um todo ainda vivia como um ribeirinho da beira do Rio São Francisco. A mediação entre a simplicidade de quem vive no calor anual no interior da Bahia ou das margens do Velho Chico e a complexidade da estilística da poesia popular de cordel e outros poemas ocorreu durante os famosos festivais de agosto da cidade de Ibotirama, oeste da Bahia. As melodias das músicas populares regionais intercaladas aos versos de poesias populares de cordel defendidas na praça, trazendo como pano de fundo um crepúsculo de histórias, desenhava em nosso imaginário muito mais que fatos, casos, e protestos sociais era uma metapoesia de temporalidades mistas que transbordava o cais de inspiração.

Durante a experiência vivenciada em sala de aula foi possível compreender no ensino de literatura a distância que existe entre o currículo escolar e a literatura popular. Embora a sua relevância seja muito significativa, a literatura popular ainda é marginalizada no ensino de literatura pois ainda estão presentes os pressupostos do Cânone. A ideia, sempre presente, que o popular não tem o mesmo valor literário dos clássicos "eruditos" sempre persiste na sala de aula, não permitindo, portanto, que nossos alunos tenham contato com a mais legítima produção literária brasileira nascida da tradição oral. Além das poucas referências à literatura popular nos currículos escolares, a mesma raramente aparece nos livros didáticos de língua portuguesa.

Embora distante dos currículos escolares de língua portuguesa, a Literatura de Cordel constantemente dialoga com alguma área do conhecimento em educação. Neste trabalho iremos analisar alguns artigos que defendem a presença da LC no ensino de algumas áreas do conhecimento, os artigos são: *A Literatura de Cordel como veículo de popularização da ciência - uma intervenção no ensino de Física* de Josenildo Maria de Lima, Jean Moisés de Souza e Marcelo Gomes Germano ambos da UEPB, *Contribuições da literatura de cordel para o ensino de cartografia* de Alexandre Vítor de Lima Fonsêca e Karen Sheron Bezerra Fonsêca ambos da UFMA e *A literatura de cordel no ensino de História - reflexões teóricas e orientações metodológicas* de Jairo Carvalho do Nascimento da UESC-BA.

A análise dos mesmos buscará não somente encontrar dados da sua relevância para o ensino como também sua capacidade de dialogar interdisciplinarmente. Atualmente, a literatura de cordel tem utilizado temáticas diversas abordando assuntos como gênero, homossexualidade, educação, política e muito mais, como mostraremos mais adiante, demonstrando sua ampla capacidade de servir como mote para debates e vários estudos para além da literatura e, portanto, aproximando o literário da vida.

O objetivo principal que norteou este trabalho foi a pesquisa acerca da abordagem do ensino de literatura popular/literatura de cordel nos documentos oficiais, no âmbito federal e mais especificamente no estadual, para o ensino médio e fundamental do Estado do Tocantins, com enfoque no ensino interdisciplinar. O tipo de pesquisa realizada foi a bibliográfica e documental, através de uma metodologia qualitativa, onde em primeiro lugar estudamos a literatura popular e a sua relação com a oralidade, posteriormente pesquisamos o surgimento da literatura de cordel no Brasil, em um terceiro momento analisamos o que apontam os documentos oficiais que regulamentam o ensino de língua portuguesa e literatura no país e mais precisamente no estado do Tocantins sobre a literatura popular (cordel). Finalmente, analisamos algumas pesquisas que dialogam com a literatura de cordel e o ensino de disciplinas diversas, apontando assim, um caminho para a interdisciplinaridade.

No primeiro Capítulo faremos um apanhado histórico sobre O percurso da literatura de cordel no Brasil, partindo assim, dos conceitos que existem sobre a cultura popular e demais conceitos atribuídos a cultura produzida pelo povo e para o mesmo, em um segundo momento analisaremos a poesia e sua relação com a oralidade, levando-se em consideração que a poesia popular ou de cordel no Brasil estão diretamente correlacionadas a oralidade. Para concluir este capítulo analisamos o surgimento da literatura de cordel no Brasil a partir dos seus principais representantes e sua importância para cenário literário brasileiro.

No segundo capítulo buscamos os aportes legais para compreender melhor o que existe sobre Literatura popular e legislação educacional, começamos por analisar como é pensado legalmente o ensino de literatura brasileira da LDB ao PNE 2015-2025, buscando perceber a relevância do ensino de literatura brasileira no ensino básico brasileiro das primeiras leis até a atualidade. Depois destas análises nos ateremos aos documentos oficiais de educação do Estado do Tocantins e buscaremos informações acerca de como este aborda o ensino de literatura brasileira e mais precisamente o ensino de literatura popular. Finalizando esta etapa, analisaremos como os principais livros didáticos, escolhidos pelos professores do estado, abordam o ensino de literatura popular mais precisamente o cordel.

No terceiro e último capítulo analisaremos a relação entre Literatura de cordel e interdisciplinaridade, partimos então, do que compreendemos ser um conflito: o espaço restrito reservado ao ensino de literatura popular em contraste com o ensino do cânone nas aulas de literatura brasileira. Em seguida, passamos em revista conceitos de interdisciplinaridade, partindo do pensamento simples até chegarmos às teorias da complexidade contemporâneas. Entendemos que este é um debate nevrálgico na educação no Brasil e no mundo inteiro. Finalmente, analisaremos artigos acadêmicos escolhidos que versam sobre o uso da literatura de cordel em diversas disciplinas, buscando assim, exemplificar como a literatura de cordel pode dialogar interdisciplinarmente em outras áreas do conhecimento que não seja apenas o ensino de literatura brasileira.

1. O PERCURSO DA LITERATURA DE CORDEL NO BRASIL

De tudo que acontecia
No país ia escrevendo...
Padre Cícero, Lampião,
la o povo tudo lendo.
Criou hábito no povo
De ler um folheto novo
Para a notícia ir sabendo.
(Rodolfo Coelho Cavalcante)

A literatura de cordel traz como característica principal não apenas a construção mítica de personagens marcantes ou anônimos da história do Brasil, tais como Lampião, Padre Cícero, Antônio Conselheiro e outros, ela é, para além disso, uma marca do imaginário popular do sertão, que mistura o real com o fictício criando a Arte Armorial Brasileira, termo criado por Ariano Suassuna (1974), que assevera:

A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos "folhetos" do Romanceiro Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus "cantares", e com a Xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das Artes e espetáculos populares com esse mesmo Romanceiro relacionados. (1974, p. 07)

Dessa maneira SUASSUNA relata a relação que o povo sempre teve com os romanceiros populares ou romances antigos, como eram chamados os primeiros textos relacionados a literatura de cordel, interligando estes mesmos com outras artes produzidas no Nordeste, que da mesma maneira são de uma riqueza artística e cultural que para o autor sintetizam uma Arte Armorial Brasileira, no sentido armorial de brasão, identidade ou até mesmo característica de nobreza brasileira.

Partimos da premissa que são necessárias inovações no ensino de literatura na sala de aula. Porém, acreditamos que seja tão importante pesquisar e aplicar (adaptadas à nossa demanda) tanto novas metodologias de ensino quanto conhecer o gênero e seu percurso dentro e fora das salas de aula. Para conhecer o percurso que o gênero literatura de cordel fez para chegar até a contemporaneidade é importante buscar os primeiros indícios desse tipo de produção aqui no país e as influências que o mesmo pode ter sofrido de outros países, já que, em grande parte da história literária brasileira, sempre fomos influenciados por movimentos surgidos na Europa, expondo assim, nossa antiga relação: colonizadores – colonizados.

Pesquisas apontam que os textos conhecidos como narrativas poéticas, produzidas e editadas em forma de livretos e distribuídas para as camadas menos abastadas da sociedade, tem origem na idade média europeia. Nos séculos XII e XIII, segundo Slater *apud* Alves (1984, p. 15), eles eram produzidos e distribuídos, nesse período, sob a nomenclatura de exemplários – contos que reuniam, desde lendárias biografias de santos, até fábulas das mais variadas origens e temáticas. Estes mesmos exemplários, acredita-se ser uma das formas mais antigas de um tipo específico de literatura que com o passar dos anos se transformaria, especificamente no Brasil, no gênero cordel, como se é difundido hoje.

O pragmatismo característico destes exemplários também é encontrado na literatura de cordel principalmente no que se refere aos traços de humor com que se relatavam os costumes de cada época. Os textos conhecidos como baladas orais têm um grande valor principalmente no interior do Brasil e as mesmas eram conhecidas pelo nome de romance ou mesmo romances velhos, fazendo referência as suas formas de composição, seus versos e metrificação. Para Câmara Cascudo “Todos os romances populares no Brasil vieram de Portugal” (2000, p. 225) o autor já afirmava isso em 1952, para o mesmo “cada ano diminui o número dos que sabem recordar algumas

estrofes, cada vez mais interrompidas pelos hiatos da memória”. Mas graças a literatura de cordel, uma grande parte desse patrimônio foi conservado nos mais variados aspectos por intermédio dos livretos.

Teófilo Braga, escritor português, é autor de obras muito importantes para o estudo da literatura popular em Portugal, dentre os seus trabalhos estão: *A História da Poesia Popular Portuguesa* (1867) e *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885). Nesse segundo título, o autor aborda, além das cantigas, romances e comédias populares, os contos, lendas e os livros populares, que eram assim definidos pelo autor:

O conjunto destes livros, que se caracterizam pela sua forma material de folha volante, ou como lhe chamam os espanhóis *pliego suelto*, forma uma literatura especial, de uma grande importância étnica e histórica, à qual se dá em Portugal o nome pitoresco de literatura de cordel, pelo modo como esses folhetos eram outrora apresentados ao público dependurados em barbante. (1994, p. 318).

No livro *O essencial sobre a literatura de cordel portuguesa*, o autor Carlos Nogueira (2004) considera que, provavelmente, foi “Teófilo Braga quem primeiro consagra no nosso país (Portugal), de forma convincente, a designação ‘literatura de cordel’” (NOGUEIRA, 2004, p. 9), dessa maneira ele faz referência as primeiras citações do termo ainda em Portugal, além de trazer possíveis informações sobre suas origens anteriores a este mesmo país, segundo o autor: “decerto recebemos de Espanha, porventura na primeira metade do século XIX, ou mesmo durante o século XVIII.” (NOGUEIRA, 2004, p. 9). O autor considera a Literatura de Cordel muito importante por representar um “documento” étnico e histórico, que simboliza a cultura popular tanto no “velho” como no “novo mundo”.

Observamos que já na segunda metade do século XIX os livretos de cordel começam a ser escritos no país. As primeiras histórias perfazem de maneira linear os traços herdados pela colonização. Em diversas feiras livres, principalmente no Nordeste surgem as pelejas, que são encontros entre cantadores que geravam uma disputa poética, geralmente animadas por trocas de insultos, que marcam um momento singular para a história do cordel. A partir desses encontros, reis, príncipes, princesas, vaqueiros, coronéis e personagens importantes da nossa história vão emergir do canto e das páginas dos folhetos de cordéis brasileiros. Este espaço de surgimento ativo da literatura popular brasileira é apropriadamente citado por Câmara Cascudo (2006, p. 249) como: “ambiente protocolar”, que o autor considera um espaço determinado no tempo e na geografia das comunidades de onde procediam.

1.1 Conceituando a Cultura Popular

Um dia Nossa Senhora
 Se encontrou com Rui Barbosa,
 Tiraro um dedo de prosa,
 Voltaro e foram-se embora;
 Judas se enforcou na hora,
 Numa corda de cimento,
 Botou os filhos pra dentro,
 Foi pra barca de Noé,
 Viva a princesa Isabé,
 Viva o Novo Testamento.
 (Zé Limeira)

Na busca da etimologia do termo "cultura popular" faz-se necessário ampliar os olhares para os diversos tipos de definições que existem a respeito dos dois termos separadamente pois o termo "cultura" já carrega em si próprio vários significados, uma vez que historicamente este pode estar ligado a uma infinidade de outras questões que não estariam muito ligadas à nossa pesquisa nesse momento. Desse modo, nos deteremos nas definições disponíveis sobre o termo "popular" e "cultura popular", mais especificamente.

O termo “popular” aparece no dicionário Aurélio como: “Homem do povo. / Relativo ou pertencente ao povo. /Que é usado ou comum entre o povo. /Que é do agrado do povo. /Vulgar, notório. /Democrático. /O povo”. Segundo o dicionário Houaiss o mesmo termo apresenta as definições: “Que pertence ao povo; que concerne ao povo. /Vulgar; plebeu. /Que desperta a simpatia, o afeto do povo./ Muito conhecido, notório. /Homem do povo, transeunte”. Quanto às definições de “cultura popular”, segundo Carlos Jorge Dantas de Oliveira em sua tese de doutorado: *A Formação da Literatura de Cordel Brasileira*, apresentada a USC - Universidade de Santiago de Compostela em 2012, temos quatro definições distintas: “obra feita pelo próprio povo para ser consumida por eles mesmos; tudo aquilo que é apreciado por um grande número de pessoas; obra ou cultura de tipo inferior e obra que,

intencionalmente, é produzida com vistas a ser apreciada por todos” (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

É perceptível já nos termos utilizados na definição do dicionário Aurélio que a relação entre “povo” e “vulgar” estão correlacionados. Assim, entendemos que tudo aquilo que pertence ao povo, que é usado ou é comum para o mesmo, o que o agrada é de uma qualidade inferior ou diz respeito a uma classe marginalizada. Pelo menos na maioria das definições dicionarizadas do termo popular ou comumente é utilizada no nosso cotidiano.

Percebemos através de vários estudos, que sobre a cultura popular, sempre são expostos de diversas maneiras uma série de juízos de valor que corroboram a superioridade da alta cultura sobre a cultura popular. Juízos estes que vão desde os julgamentos de alguma ordem formal, estrutural, até mesmo juízos morais e críticos que justificam uma visão de que apenas as obras superiores possuem certos atributos os quais não são encontrados em obras criadas para ou pelo povo. Então, nessa perspectiva, para que uma obra seja considerada de valor, deve necessariamente expor juízos críticos articulados de uma forma complexa e difícil de ser compreendida por qualquer pessoa. Essa característica fará a mesma circular dentro de um círculo restrito de admiradores que irão apreciar as suas qualidades inerentes e essenciais.

Segundo Chartier (1995) a “cultura popular é uma categoria erudita”. Segundo as definições do autor a cultura popular tanto pode ser encarada como um sistema simbólico, coerente e autônomo segundo uma lógica ou apenas como dependente de referência de uma cultura dominante. Segundo essas duas perspectivas do autor há uma dualidade de pensamentos que precisa ser aceita quando se tenta definir o termo. Seguindo essa mesma linha de raciocínio o autor Luyten (1987) aborda a cultura popular da seguinte maneira:

(...)a cultura popular abrange todos os setores da vida de um povo, mas geralmente indica certa oposição à cultura oficial, erudita. E se manifesta com maior vigor em sociedades nas quais a divisão de classes é acentuada. (LUYTEN, 1987, p.8-9)

Fazendo uma análise das falas de Chartier e Luyten, é interessante observar como os autores colocam os termos “dominante” e “divisão de classes” como pontos importantes para a existência de opiniões pejorativas a respeito de toda e qualquer literatura popular. Não podemos esquecer também que no processo histórico de evolução de diversas sociedades a cultura popular já foi considerada a cultura de todos como cita Burke apud Chartier (1995):

Em 1500 a cultura popular era a cultura de todos; uma segunda cultura para os instruídos e a única cultura para os demais. Por volta de 1800, contudo, em muitas partes da Europa, o clero, a nobreza, os comerciantes, os homens de ofício – e suas mulheres – haviam abandonado a cultura popular, da qual estavam agora separados, como nunca antes, por profundas diferenças de visão de mundo. (BURKE apud CHARTIER, 1995, p.181)

Segundo os pontos de vista de Burke e Chartier (1995) a partir o século XIX na Europa surgiu uma divisão considerável entre o que chamamos cultura popular e cultura erudita, o que desencadeou mais divisões que perduram até a presente data, dentre essas divisões podemos citar a música popular e música erudita, a literatura popular e a literatura erudita, dentre outras.

Segundo o ponto de vista de Marilena Chauí (1993), apesar desta dialética, que vê a cultura popular como sendo algo produzido por pessoas exploradas, à margem, e excluídas pela cultura dominante, pela indústria cultural que massifica e é dominada intelectualmente pela elite, não existe exatamente como identificarmos as relações de diferenciação entre cultura popular e ideologia dominante. Segundo a autora:

Quando se fala em cultura popular, não em quanto manifestação dos explorados, mas enquanto cultura dominada, tende-se a mostra-la

como invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, envolvida pelos valores dos dominantes, pauperizada intelectualmente pelas restrições impostas pela elite, manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e exploradora, em suma, como impotente face à dominação e arrastada pela potência destrutiva da alienação. Todavia, se nos acercamos do conceito de alienação, percebemos que não possui forças explicativas suficiente para desvendar a mola de diferenciação e de identificação entre cultura popular e ideologia dominante. (CHAUI, 1993, p.63)

Observamos que, desde as primeiras definições a respeito do termo “cultura popular”, passando por opiniões e conceitos diversos, analisamos a dicotomia cultura popular e cultura erudita, existem diversos pontos de vista, mas todos convergem para a existência da “divisão de classes” que sempre influencia os conceitos conhecidos sobre a cultura popular. Podemos concluir então que, em diversos aspectos, a cultura popular precisa de maiores aprofundamentos e pesquisas para conhecermos, de fato, até que ponto ela pode ser considerada “inferior” ou “menor” que os clássicos canônicos que conhecemos, pois segundo o que já observamos o que hoje pode ser considerada “popular” amanhã pode receber o título de erudito.

1.2 Poesia e Oralidade.

Ser poeta é ter paixão
E sentir da dor o espinho
Ter tudo no coração
E viver sempre sozinho.

Somente o rico na terra
Tem seu nome na história
Quando o pobre vence a guerra
O rico alcança a vitória. (...)
(Patativa do Assaré)

A oralidade surgiu como uma das primeiras manifestações da comunicação entre os indivíduos. É a partir dela que as civilizações mais antigas desenvolveram a interação entre seus membros e também registraram suas crenças e costumes, foi através da mesma que muitos conhecimentos foram repassados de uma geração para outra. As diversas formas de manifestação de linguagem como: as rezas, os mantras, os causos, as poesias, as cantigas, sejam de ninar ou de roda, as piadas, as pelejas e todo um folclore produzido por qualquer nação são frutos da tradição oral. A literatura de cordel não foge à esta regra, tornando-se assim, dentro das produções orais, uma das mais belas formas de comunicação realizadas pelo ser humano.

A respeito do termo “oralidade”, apesar da terminologia ter um uso bastante antigo, só começou a representar uma utilização enquanto categoria explicativa no início do século passado. Em meados dos anos 60, disciplinas diversas, dentre elas a linguística, por exemplo, começou a ressaltar em seus estudos a oposição entre a oralidade e a escrita, estabelecendo uma dicotomia que deveria ser levada em conta. Partindo da escrita, foi possível ter uma visão reflexiva a respeito da linguagem e da língua.

Observamos que desde os seus primórdios a literatura sempre foi marcada pela oralidade, como exemplos dessa afirmação estão as grandes epopeias da Antiguidade, como a *Odisséia* e a *Ilíada*, de Homero, e até mesmo os *Cantares de Gestas* medievais, desta maneira acreditamos ser inútil tentar estabelecer uma divisão rígida entre uma literatura escrita-erudita e outra oral popular. A existência deste tipo de pensamento geralmente origina-se da associação que sempre se fez na escola entre escrita e erudição. Pois, na formação escolar somente os alfabetizados, ao dominarem o código escrito, estavam aptos a realizar estudos exegéticos e, por conseguinte, tudo o que estava no domínio da oralidade era considerado menor, coisa de gente inculta, do povo, popular. Segundo Borges (2010), em sua fala sobre a literatura de cordel enquanto literatura oral ou folclórica ele diz:

O conceito de “folclore”, inventado pela burguesia inglesa, é uma etiqueta que visa separar, classificar e excluir do campo da “cultura” hegemônica, toda manifestação artística das classes consideradas inferiores economicamente: pobre faz artesanato, rico cria artes plásticas. Nessa perspectiva, considerar o cordel literatura oral implica apagar a sua natureza escrita e impressa, exclusiva das classes dominantes, tendo em vista que “oral”, segundo esse entendimento, relaciona-se, sub-repticiamente, a primitivo, inferior, analfabeto. Oral também se relaciona à ausência de grafia, ou seja, às culturas que, por não terem desenvolvido códigos escritos, foram consideradas inferiores do ponto de vista do evolucionismo dos finais do século XIX. (BORGES, 2010, p.107)

Analisando essa fala do autor, além de observarmos a relação que o pesquisador faz entre oralidade e grupos sociais inferiores, também observamos a comparação entre esses grupos por intermédio da escrita ou oralidade. Voltando a esse ponto, na obra *Vaqueiros e cantadores*, Câmara Cascudo nos diz que as composições narrativas “ficaram n’alma do povo como uma base cultural inamovível e profunda” (2000, p. 22). É importante observarmos que existem algumas diferenças entre as baladas orais e a literatura de cordel como conhecemos hoje: nas baladas a figura do cantador e o ato de ouvir, são seus meios de interação com o leitor; já no cordel temos a leitura como o veículo principal.

A literatura de cordel nordestina, no início, foi construída em um ambiente de oralidade mista marcadamente influenciada pela cultura da poesia improvisada, nas performances em que um ou dois poetas repentistas se confrontavam com a tarefa de criar textos poéticos em parte decorados. Quando os textos passaram a ser registrados de forma escrita, os cantadores/cordelistas, por serem, em sua grande maioria, semianalfabetos, produziram obras que podem ser consideradas ainda dentro desse universo oral. Mas, aos poucos, essas obras escritas foram adquirindo uma certa autonomia e se desligando da oralidade inicial, sendo então influenciadas por outros objetos impressos (eruditos e de massa), passando a um segundo momento de oralidade. Segundo Dantas esse período se consolida a partir dos anos oitenta como: “período de oralidade mecanicamente midiaticizada”.

Falando sobre oralidade e poesia, em especial a LC, não podemos de lembrar aqui um livro bastante interessante: *Cavalaria em Cordel: O passo das águas mortas*, da professora Jerusa Pires Ferreira. O livro, que sintetiza sua dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (1977), busca “construir um método, uma teoria crítica do texto popular, rumo à sua poética. A partir daí, seria inevitável uma renovação nos estudos da área, introduzindo a noção de sistema, a verificação de processos. (FERREIRA, 1993, p. XV).

A literatura de cordel, enquanto tradição oral e representação escrita dos poetas e cantadores populares, aborda diversos temas e desenvolve ideias e pensamentos sobre várias áreas do conhecimento humano, em alguns momentos históricos chegou até a ser usada com um viés jornalístico, além de aguçar a sensibilidade de quem não apenas ouve, mas também lê seus versos. Pelas suas características e pela riqueza de informações é um material que pode ser ricamente aproveitado em sala de aula, tanto no desenvolvimento das

aulas de literatura como também no compartilhamento interdisciplinar na escola.

A partir dessas observações, percebemos nos últimos anos, o surgimento de diversas pesquisas, em variadas áreas do conhecimento, relacionadas ao uso da literatura de cordel no ensino. Existem Vários artigos científicos sobre essa temática em disciplinas como matemática, física, geografia, história dentre outras, como os artigos: *A Literatura de Cordel como veículo de popularização da ciência: uma intervenção no ensino de Física* de Josenildo Maria de Lima, Jean Moisés de Souza e Marcelo Gomes Germano ambos da UEPB, *Contribuições da literatura de cordel para o ensino de cartografia* de Alexandre Vítor de Lima Fonsêca e Karen Sheron Bezerra Fonsêca ambos da UFMA, *A literatura de cordel no ensino de História: reflexões teóricas e orientações metodológicas* de Jairo Carvalho do Nascimento da UESC-BA. Ainda assim, é perceptível a exclusão da literatura popular na estrutura curricular do ensino da própria literatura brasileira, na disciplina de língua portuguesa.

1.3 A Literatura de Cordel no Brasil.

Na França, também Espanha
Era nas bancas vendida,
Que fosse em prosa ou em verso
Por ser mais preferida
Com o seu preço popular
Poderia se encontrar
Nas esquinas da avenida.

No Brasil é diferente
O cordel-literatura
Tem que ser todo rimado
Com sua própria estrutura
Versificando em sextilhas
Ou então em setilhas
Com a métrica mais pura.
(Rodolfo Coelho Cavalcante)

Não é tão simples quanto pode parecer, a princípio, ter um conceito preciso ou exato sobre o momento em que surge no Brasil a literatura de cordel. O que se sabe é que a produção e a edição dos livretos, no país, têm seu momento mais importante em meados do século XIX. Apesar de ser considerada própria do Nordeste, ela está presente em todas as regiões do país. Segundo Alves: “Pode-se dizer que o cordel alcançou o status de uma instituição sociocultural, pela complexidade de elementos que contribuem para sua existência e funcionamento” (ALVES, 2010, p.14/15).

São muito antigos e tem raízes medievais os primeiros textos, que se tem notícia, de cordel no Brasil que datam do século XIX, muito se atribui apenas a oralidade, fato que pode ter feito com que muitos trabalhos se perdessem com o tempo. Cantadores, era assim que o povo nomeava os poetas que cantavam seus versos nas feiras e nas praças públicas, enquanto

vendiam seus versos desenvolvendo ainda mais o imaginário do povo. Segundo Alves eram:

(...) homens que construíram, com palavras, universos distintos, ricos em matéria criativa e, sobretudo, mantenedores da imagem social de um Brasil nordestino; o lócus onde um mundo primitivo, cheio de medievalismo, encontra-se com a crônica, que nada mais é do que o encontro literário com a realidade inspiradora, compondo assim o conjunto de temas do qual fazem uso. (ALVES, 2010, p.16)

Seguindo os estudos sobre o surgimento dos primeiros movimentos de cantadores e poetas populares no Brasil, Candace Slate, em seu livro *A vida no barbante: A Literatura de cordel no Brasil* (1984), cita como primeira grande escola de cantadores a “Escola do Teixeira” que era um grupo de poetas populares improvisadores que surgiu na serra do Teixeira (PB/PE), pertencente ao Planalto da Borborema – acidente geográfico que separa o litoral e o sertão, e que é mais comumente chamada de agreste. Segundo o autor essa foi a “primeira grande escola de cantadores (...). Malgrado pudesse ter havido grupos de poetas alhures, o grupo do Teixeira é indiscutivelmente o mais conhecido” (SLATE, 1984, p. 12).

É muito interessante o posicionamento de Silvio Romero, quando cita a capacidade do povo brasileiro de cantar e de improvisar a partir de todas as suas dores e de tudo o que perpassa as suas inquietações, que é uma forma de existir característica dos nossos cantadores e repentistas, o autor nos diz:

O povo deve de preferência ser observado na sua laboriosa luta pela vida. E ele então canta e o seu cantar é másculo e sadio. Entre nós tenho-o observado por vezes. Ou nos grandes feitos lavrando a terra, ou deitando matas ao chão, ou nos engenhos no moer das canas e na preparação do açúcar, sempre o trabalhador vai cantando e improvisando. É o cantar elogio ou cantar ao desafio, expressões de alegria usadas em Pernambuco. (Romero, 1977, p.50)

O autor ainda cita o Pernambuco em um outro momento sobre o cantar do nosso povo, mas observando-se os cantadores no Nordeste é perceptível que a cantoria nordestina é a única tradição ligada ao repente que manteve viva toda uma manifestação que é cheia de códigos e de normas rígidas

próprias. Essa tradição, como já observamos anteriormente, começou a estabelecer-se como tal no sertão da Paraíba, mais particularmente na Serra do Teixeira, uma região muito fértil e tranquila, que faz divisa ao sul com o estado de Pernambuco, e também está próximo à região cearense do Cariri. Segundo Oliveira:

Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará são, de longe os estados que viram nascer a quase totalidade dos maiores repentistas nordestinos, como Inácio da Catingueira, Fabião das Queimadas, Bernardo Nogueira, os irmãos Ugulino e Nicandro, sem falar em Germano da Lagoa, Romano da Mãe d' água, Cego Aderaldo, entre outros. (OLIVEIRA, 2012, p.140)

A Cantoria nordestina, a partir da influência da “Escola do Teixeira”, é um ponto de referência fundamental no processo de iniciação dos primeiros poetas e cantadores populares também chamada de repentismo. Oliveira afirma que “Do tronco familiar dos Nunes-Batista, saíram os principais cantadores que atuaram como verdadeiros mestres do improviso” (OLIVEIRA, 2012, p.141), esses mestres sabedores de toda uma tradição poética foram aos poucos repassando para outros em um processo de ensino-aprendizagem poético-musical totalmente oral. Sobre essa aprendizagem pela oralidade Coutinho Filho nos diz que a poesia popular “é sempre obra de indivíduos cultos ou semicultos, que desce ao povo, se batiza nas águas lustrais do seu oralismo e se espalha pelo mundo como um pólen fecundante.” (COUTINHO FILHO, 1953, p.13)

É através da transformação das pelepas e desafios em folhetos que temos o surgimento da literatura de cordel, é quando passamos da oralidade para a escrita, e no começo obviamente os textos foram muito influenciados pela poesia oral, até mesmo como mecanismo de registro. Segundo Oliveira:

A estilização dos desafios e pelepas cumpriu um papel fundamental no processo de formação da literatura de cordel, na medida em que esses gêneros da cantoria, ao serem transpostos para o papel impresso, na forma de folhetos, mantiveram aspectos da oralidade

inerentes a própria Cantoria enquanto performance produtora e portadora de sentido. Claro que não podemos nos esquecer que outros aspectos foram perdidos, justamente pela incapacidade da escrita em registrar toda a gama de expressões corporais, notadamente os timbres, os tons e as melodias utilizadas pelos cantadores. (OLIVEIRA, 2012, p.158)

Da tradicional “Escola do Teixeira”, surgiria Silvino Pirauá de Lima (1848-1913), um dos precursores da sextilha, este mudou-se para o Recife e lá desenvolveu toda a sua arte. Conhecido como “poeta de bancada”, contemporâneo de Silvino, surge então o autor que por muitos é considerado o pai da literatura de cordel no Brasil Leandro Gomes de Barros (1865-1918) nasceu em Pombal (PB), tendo residido no Teixeira (PB), até 1880, quando mudou para o Recife (PE) e é tido como um dos maiores poetas brasileiros por Câmara Cascudo.

Ao lado de Francisco das Chagas Batista (1882-1930), Leandro Gomes de Barros é responsável por muitos dos folhetos que sobreviveram ao relato circunstancial, em função de seu caráter épico, particularmente os que narram histórias de cangaceiros. Em seguida temos João Martins de Athayde (1877-1959), poeta bastante produtivo, que posteriormente adquire os direitos de impressão sobre as obras de Leandro Gomes de Barros, e passa a imprimi-los, grafando “João Martins de Athayde, Editor-Proprietário” e, muitas vezes, deixando de grafar o nome do autor. Mas, antes de morrer, vende os direitos de edição de suas obras (e os direitos das que havia adquirido) para José Bernardo, de Juazeiro do Norte (CE), cidade que passa a ser o maior centro de distribuição do cordel por muitos anos.

A partir daí temos uma difusão de diversos trabalhos de cordel por vários estados do Brasil as principais editoras do gênero em regiões distintas foram a Guajarina, em Belém (PA) e a Luzeiro, em São Paulo (SP). A primeira foi conduzida por Francisco Lopes, a segunda começou com o português José Pinto de Souza (1881-1950), que fundou sua primeira tipografia em 1915, para editar “modinhas” e “folhas soltas” e histórias em versos, oriundas de Portugal.

No Nordeste, as edições continuaram nos moldes tradicionais, com reprodução em papel jornal, capas em preto e branco, com xilogravura. Já em São Paulo, a influência de outras publicações trouxe transformações na forma de apresentação: formato maior do folheto, capa colorida e desenhos.

1.4 “Leandro O Poeta”.

Leandro que não cantava
Diariamente escrevia
Publicando os seus folhetos
Foi crescendo dia a dia.
Criou o revendedor
Que de feira em feira vendia.

Aqueles revendedores,
Vendendo de feira em feira,
Os folhetos de Leandro
Cobriram toda ribeira,
Do litoral ao sertão,
Foi de fronteira a fronteira.
(Antônio Américo de Medeiros)

É impossível falar do início da literatura de cordel no Brasil sem citar a figura de Leandro Gomes de Barros (1865-1918), ele foi o primeiro grande autor dos livretos que adquiriu grande notoriedade, para muitos estudiosos, é considerado o pai da literatura de cordel. Leandro nasceu na fazenda Melancia, município de Pombal (velho arraial de Piranhas), em 19 de novembro de 1865; e faleceu em Recife, no dia 4 de março de 1918, carrega em sua história vários fatores que o tornaram ilustre, dentre eles seu espírito empreendedor e o seu histórico de convivência com a poesia oral e a cultura nordestina. Durante a sua infância até a adolescência morou em Teixeira, terra natal do famoso Francisco Romano. Naquele espaço, surge a grande mudança que entrelaça os destinos da poesia repentista e do cordel, a “Escola do Teixeira”, que

substituiria a redondilha maior pela sextilha. “Apesar de o padrão de seis passos não ser exclusivo do Nordeste, sua clareza e aplicação coerente dentro do folheto brasileiro destacou esta forma de literatura dos livretos de todas as demais” (SLATER apud ALVES, 1984, p. 74).

Em seu livro *Contando histórias em versos: poesia e romanceiro popular*, o autor Bráulio Tavares diz que as máquinas sucateadas das grandes gráficas foram aproveitadas por Leandro, esse fator foi o marco que revolucionou o mercado de consumo dos livretos poéticos, tornando-se o momento de expansão do público leitor e das fronteiras geográficas que limitavam o cordel no Nordeste. Na opinião de Gilmar de Carvalho, em um artigo intitulado “Cordão, cordel, coração”, publicado na revista *Cult* 54, Leandro Gomes de Barros foi o “grande sistematizador e o grande empreendedor da edição popular no Brasil”. (Janeiro/2002, p. 45)

Nas palavras de Câmara Cascudo, que conheceu pessoalmente Leandro em João Pessoa, descreveu o poeta da seguinte maneira: “Baixo, grosso, de olhos claros, o bigodão espesso, cabeça redonda, meio corcovado... parecia mais um fazendeiro que um poeta”. (CASCUDO, 2005, p. 347). Ainda segundo Câmara Cascudo o autor viveu exclusivamente da comercialização de suas obras. Segundo Mark Curran, em seu trabalho intitulado “A sátira e a crítica social na Literatura de Cordel”, expressou-se da seguinte maneira sobre o estilo de Leandro:

Leandro geralmente escrevia em estilo ligeiro e jocoso, mas, às vezes, afiava a língua e produzia o sarcasmo, espécie de “papo amarelo” na mão. É o comentário social que representa o melhor de sua obra. Como os outros poetas populares, ele devia sentir um desejo e mesmo uma obrigação, como poeta do povo, de criticar a falta de justiça daquela época, e de oferecer soluções, embora muitas vezes jocosas ou pessoais, para os problemas da sociedade. (CURRAN, 1973, p. 281)

A crítica social citada por Curran na obra de Leandro Gomes de Barros é observada em vários dos seus diversos folhetos. Aliás existe muita divergência entre a quantidade de folhetos produzidos e publicados pelo autor, segundo Liêdo Maranhão a quantidade exata é de 23 Romances, 174 Folhetos e 10 Poemas avulsos, para Sebastião Nunes Batista o número exato é 237 folhetos acrescidos de outros 36 que foram atribuídos ao poeta, mas que aparecem como sendo de outros autores, principalmente de João Martins de Athayde. Mas segundo Câmara Cascudo esse número é bem maior podendo ter ultrapassado “cerca de mil folhetos, tirando deles dez mil edições” (CASCUDO, 2005, p. 347).

Nas palavras de Drummond, poeta Mineiro, da região sudeste, que por isso mesmo não pode ser acusado de bairrismo, Leandro Gomes de Barros é quem deveria ter sido eleito o príncipe dos poetas brasileiros em vez de Olavo Bilac, ele deixa isso bem claro em seu artigo “Leandro, O Poeta”:

Em 1913, certamente mal informados, 39 escritores, de um total de 173, elegeram por maioria relativa Olavo Bilac príncipe dos poetas brasileiros. Atribuo o resultado a má informação porque o título, a ser concedido, só podia caber a Leandro Gomes de Barros, nome desconhecido no Rio de Janeiro, local da eleição promovida pela revista Fon-Fon, mas, vastamente popular no norte do país, onde suas obras alcançaram divulgação jamais sonhada pelo autor do: ouvir estrelas’. (...) E aqui desfaço a perplexidade que algum leitor não familiarizado com o assunto estará sentindo ao ver defrontados os nomes de Olavo Bilac e Leandro Gomes de Barros.

‘Um é Poeta erudito, produto de cultura urbana e burguesia média; o outro, planta sertaneja vicejando a margem do cangaço, da seca e da pobreza. Aquele tinha livros admirados nas rodas sociais, e os salões o recebia com flores. Este espalhava seus versos em folhetos de Cordel, de papel ordinário, com xilogravuras toscas, vendidos nas feiras a um público de alpercatas ou de pés no chão.’ E, continua Drummond mostrando o alcance dessa literatura singular, que por sua penetração, representa significativa parcela do nosso patrimônio cultural: ‘ A poesia parnasiana de Bilac, bela e suntuosa, correspondia a uma zona limitada de bem estar social, bebia inspiração europeia e, mesmo quando se

debruçava sobre temas brasileiros, só era captada pela elite que comandava o sistema de poder político, econômico e mundano. A de Leandro, pobre de ritmos, isenta de labores musicais, sem apoio livresco, era a que tocava milhares de brasileiros humildes, ainda mais simples que o poeta, e necessitados de ver convertida e sublimada em canto a mesquinaria da vida. (...)’ E conclui: ‘ Não foi príncipe de poetas do asfalto, mas foi, no julgamento do povo, rei da poesia do sertão e do Brasil em estado puro. (DRUMMOND, 1976, Jornal do Brasil)

Quando Drummond observa que Leandro alcançou uma divulgação jamais sonhada por Bilac voltamos as informações sobre as numerosas publicações do autor, que embora não tenhamos um número exato, devido a muita controvérsia entre os pesquisadores, sabemos que para o período, final do século XIX, é realmente um número muito expressivo, algo que nenhum outro poeta da época alcançaria tão facilmente, talvez até nos dias atuais e com todo o aparato da mídia poetas tenha dificuldades de atingir a marca que podemos calcular em torno de mais de 200 folhetos ou mais de 10 mil edições.

Leandro Gomes de Barros é considerado ousado para um poeta pobre e de provável pouca “educação”, ele é o autor que estabeleceu bases para o surgimento de uma nova atividade cultural iniciada por poetas e cantadores, pensando e sistematizando a publicação dos diversos cordéis e histórias que antes eram apenas utilizadas em performances de cantorias ou pelejas. Ele começa então o “sistema literário do cordel”, como cita Oliveira (2012), segundo o autor esse sistema, de maneira simplificada, é um conjunto de atividades que englobam escritores, editores e leitores.

2 – LITERATURA POPULAR E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.

Cordel é folheto em versos
Como Manoel Riachão
Zezinho e Mariquinha
Juvenal e o Dragão
Os Aventureiros da Sorte
José de Souza Leão.
Narciso e Iracema
Jacinto e Esmeraldina
O Príncipe Roldão e Lídia
Juvenal e Jovelina
As Proesas de João Grilo
Princesa da Pedra Fina.
(José da Costa Leite)

Apesar do surgimento de diversas pesquisas relacionando a literatura de cordel ao ensino de diversas disciplinas ainda podemos perceber poucos espaços de aproveitamento curricular ou de diretrizes para o ensino de literatura popular/literatura de cordel em sala de aula. Assim, através da análise dos documentos oficiais para o ensino médio e fundamental do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, pesquisaremos como o ensino de literatura de cordel é abordado nesses

documentos e entrever quais os rumos que o Tocantins vislumbra para a literatura popular focando em um contexto interdisciplinar do ensino de literatura.

Existem diversas ideias que sustentam a possível inferioridade da literatura de cordel, em comparação com a literatura canônica. O espaço da sala de aula, portanto, sempre foi convencionada como o lugar dos grandes clássicos da poesia e das narrativas, sobretudo dos grandes romances nacionais e mundiais. Dessa forma o cordel dificilmente aparece nos espaços educacionais para competir com uma produção hegemônica socialmente. Segundo o pensamento de Chiappinni:

Concordo que os valores que os textos do repertório escolar transmitem, em sua maior parte, são os da classe dominante. Concordo que, no espaço da escola, a regra é mitificar a letra impressa, mas acho que a escola tem contradições suficientes para viabilizar conhecimento da cultura dominante pelas classes populares sem mitificação, possibilitando assimilar crítica e antropofagicamente, valores literários e outros. E que é possível, por meio da própria escola, chegar a uma valorização da cultura e dos valores dos dominados sem considerá-los coisa menor. (CHIAPPINNI, 2005, p.167)

A pesquisadora apresenta uma espécie de mitificação, quando cita a literatura popular, visão que existe desde o processo de folclorização da mesma por alguns estudiosos para diminuir o seu valor em comparação ao cânone. Em torno desse aspecto, o discurso modal do sistema educacional brasileiro sempre foi o de rejeitar a aparição dos livretos em seus domínios, por ter sido dado o caráter oral à existência do cordel, como justificativa de menosprezar sua aparição como gênero de escrita na sala de aula.

É importante observarmos que a presença do cordel em sala de aula representa trazer o contexto social do educando como mecanismo de efetivação do conhecimento. Além de resgatar a identidade do povo valoriza-se a cultura popular e o saber cotidiano, o que facilita o processo educativo e acrescenta elementos que ultrapassam a riqueza presente no conhecimento que provem da relação do homem com a cultura. Segundo Freire:

A educação ou ação cultural para a libertação; em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é o autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciência - intencionada ao mundo ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente. (FREIRE, 1984 p.99).

Para o autor, o ato de ensinar e aprender acontece de forma dinâmica em um processo contínuo de compartilhamento do aprendizado composto de elementos da realidade dos educandos e os conteúdos sistematizados. Entendemos dessa maneira que o diálogo com o cordel em sala de aula é uma forma de entender que elementos da vida cotidiano podem, de alguma maneira, ser inseridos no processo ensino-aprendizagem, tornando a mesma significava para os educandos.

O ato de ensinar, a missão de repassar conhecimento, implica em compromissos históricos do educador tanto em termos pessoais, quanto pedagógicos, institucionais e sociais. O educador na contemporaneidade se faz valer de diversas teorias para estudar e repensar a sua prática, mas ainda necessita saber como transformá-la efetivamente em resultados. Portanto, A utilização do cordel enquanto conteúdo na sala de aula pode se tornar uma prática pedagógica que fornecerá novas estratégias para a construção do conhecimento.

2.1 O ensino de literatura da LDB aos PCN.

Romano
Latona, Cibele e Réa
Iris, Vulcano e netuno
Minerva, Diana e Juno
Anfitrite e Androceia
Vênus, Climene, Amalteia
Plutão, mercúrio e Teseu
Júpiter, Zoilo e Perseu
Apolo, Ceres, Pandora
Inácio desata agora
O nó que Romano deu
(Silvino Pirauá de Lima)

De acordo com o que está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o MEC elaborou, com a participação de educadores de todo o Brasil, uma nova proposta para o currículo escolar brasileiro. A partir dessas diretrizes buscou-se dar novo significado ao conhecimento escolar, com vistas a incentivar o raciocínio lógico e a capacidade de aprender. Segundo Alice Vieira em seu artigo *Formação de leitores de literatura na escola brasileira: Caminhadas e Labirintos*, 2008:

(...)nas décadas de 60 e 70, com o aceleração do processo de industrialização na América Latina, a política educacional brasileira estabeleceu como prioridade para o ensino médio a formação de especialistas que fossem capazes de controlar a utilização de maquinarias ou de dirigir os processos de produção, na década de 90, o desafio é outro. Numa sociedade em que o volume de informações aumenta constantemente, em que o conhecimento é rapidamente superado pelas inovações científicas e tecnológicas, a simples aquisição de conhecimentos é insuficiente para a formação de cidadãos e profissionais. A formação do aluno deve ter como alvo, também, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação. (VIEIRA, 2008)

A LDB propõe uma formação geral, em oposição à formação específica; rompe-se então, com o velho paradigma que enxerga a educação como um caminho para o futuro profissional do mundo do trabalho, em que a disciplina, a obediência e o respeito restrito às regras estabelecidas resumiam as condições necessárias para a inclusão social. As quatro premissas apontadas pela Unesco como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea são incorporadas como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular. Aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver; aprender a ser.

O currículo foi dividido em três grandes áreas: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. A partir dessa divisão curricular vamos nos ater a área de linguagens para o desenrolar da nossa pesquisa, de acordo com o que está proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM –, para a área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a linguagem é considerada como:

A capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. (Brasil, 1999a, p.13)

Diante dessa perspectiva, os PCNEM ainda estabelecem como objetivo para a área o desenvolvimento, no educando, as seguintes competências gerais:

1. Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade, pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.
2. Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos da linguagem, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função e organização das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.
3. Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.
4. Respeitar e preservar as diferentes manifestações da linguagem utilizadas por diferentes grupos sociais, em suas esferas de socialização, usufruir do patrimônio nacional e internacional, com suas diferentes visões do mundo; e construir categorias de diferenciação, apreciação e criação.
5. Utilizar-se das linguagens como meio de expressão, informação e comunicação em situações intersubjetivas, que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos dos interlocutores; e saber colocar-se como protagonista do processo de produção/ recepção.
6. Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna geradora de significação e integradora da organização de mundo da própria identidade.
7. Conhecer e usar Língua(s) Estrangeira(s) Moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.
8. Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte e aos problemas que se propõem a solucionar
9. Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social. (BRASIL, 1999, p.13)

Partindo dessas premissas percebemos o quanto é profunda a mudança que os Parâmetros Curriculares propõem para a área de linguagens. Trazendo objetivos bem distintos para a área no que se concerne, elencando objetivos e metas muito abrangentes dos aspectos linguísticos. Segundo Vieira (2008):

A construção do conhecimento humano, o desenvolvimento das artes, da ciência, da filosofia e da religião só são possíveis graças à linguagem que permeia, elabora e constrói todas as atividades do homem. Não apenas a representação do mundo, da realidade física e social, mas também a formação da consciência individual, a regulação dos pensamentos e da ação, próprios ou alheios, ocorre na e pela linguagem. (VIEIRA, 2008)

A partir dessa afirmação, podemos compreender que se diminui o interesse pelo o estudo da gramática normativa, já que esse estudo não contribui para o desempenho linguístico do aluno; observamos também que a

leitura de textos pertencentes a diferentes gêneros, de textos próprios ou alheios e a observação e análise de marcas linguísticas recorrentes possibilitam ao aluno ampliar seu repertório para responder às exigências impostas pelas diversas situações comunicativas.

Na publicação de 2002 do MEC, os PCN procuraram detalhar os conceitos e desenvolver a compreensão de três eixos de sustentação dos Parâmetros: representação e comunicação, investigação e compreensão, contextualização sociocultural. A respeito da Literatura, no interior da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, o documento concebe a mesma da seguinte maneira:

A Literatura, particularmente, além de sua específica constituição estética, é um campo riquíssimo para investigações históricas realizadas pelos estudantes, estimulados e orientados pelo professor, permitindo reencontrar o mundo sob a ótica do escritor de cada época e contexto cultural. Camões ou Machado de Assis; Cervantes ou Borges; Shakespeare ou Allan Poe; Goethe ou Thomas Mann; Dante ou Guareschi; Molière ou Sthendal. (BRASIL, 2002, p.19)

Como vemos, o excerto não parece estar em consonância com o atual o processo de orientação curricular para o ensino de literatura, já que ele parece resumir a literatura apenas como um recurso para “investigações históricas”, além das referências ditas canônicas para uma visão ampla de literatura a ser inserida em um documento oficial e nacional. Em 2006, o MEC publicou uma nova versão dos PCN para o ensino médio. E nas orientações acerca da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, observamos um avanço muito considerável no tocante à literatura. Logo na primeira página, na parte introdutória, existe a seguinte retificação:

As orientações que se seguem têm sua justificativa no fato de que os PCN do ensino médio, ao incorporarem no estudo da linguagem os conteúdos de Literatura, passaram ao largo dos debates que o ensino de tal disciplina vem suscitando, além de negar a ela a autonomia e a especificidade que lhe são devidas. (2006, p.49)

Nessa nova versão a literatura tem mais destaque, o 2º capítulo é todo dedicado à literatura, o que não houve na edição anterior, ou seja, 33 (trinta e três) páginas são dedicadas exclusivamente ao ensino de literatura. Os PCN, nessa publicação, questionam por que a leitura literária não é para muitos alunos um prazer e sim um trabalho árduo, enquanto que outras artes representam para muitos a sensação do bem-estar.

Nesta mesma publicação de 2006 há um questionamento muito pertinente nos PCN que está diretamente ligada a questão dos textos literários excluídos do cânone: “Qual seria então o lugar do rap, da literatura de cordel, das letras de músicas e de tantos outros tipos de produção, em prosa ou verso, no ensino da literatura? ” Observando um pouco mais adiante percebemos a seguinte afirmação: “(...) certamente deverão ser considerados no universo literário: Patativa do Assaré, por exemplo, e tantos outros encontrados no nosso rico cancionário popular. ” Essa colocação apenas reafirma um posicionamento mais voltado ao ensino de outras literaturas em sala de aula que não deixam nada a desejar com relação a sua qualidade estilística ou literária, no caso em questão referindo-se a literatura popular.

2.2 O Referencial Curricular do Estado do Tocantins e a Literatura Popular

Eu edifiquei um marco
Para ninguém derribar
E se houver um teimoso
Que venha experimentar
Verá que nunca fiz coisa
Para homem desmanchar
(Leandro Gomes de Barros)

A partir da publicação dos PCN e da busca por maiores orientações para o desenvolvimento das atividades curriculares no Estado do Tocantins surge o Referencial Curricular do Estado do Tocantins. A sua elaboração também está relacionada a exigência legal que impõe aos Estados a

formulação de suas próprias diretrizes, e assim está exposto no próprio documento:

Assim, o presente Referencial Curricular, que foi baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, visa um melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem dessa área, através da contextualização de conteúdos, flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, visão globalizado do ambiente, conservação e uso racional da natureza, diálogo entre senso comum e ciência, valorização do conhecimento prévio dos alunos e respeitando as estruturas cognitivas, objetivando um melhor processo de construção de conhecimentos e dinamismo no ensino dessa área. (TOCANTINS, Referencial Curricular do ensino Fundamental, 2008, p. 59).

O Referencial Curricular do ensino básico médio e fundamental do Estado do Tocantins publicado em sua segunda edição em 2008 é uma construção coletiva que mobilizou professores universitários, técnicos da Secretaria de educação além de educadores da rede estadual de ensino. O Referencial Curricular levou em consideração nas suas bases legais a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1994), as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Legislação Estadual e teve como referencial teórico principal os Parâmetros Curriculares Nacionais, que serviu como objetivo principal de explicitar uma concepção teórica e metodológica sobre o processo educativo que orientasse o sistema estadual de ensino, tornando-se um referencial de apoio a elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar estadual bem como dos planos de aula das diversas disciplinas lecionadas no ensino fundamental e médio.

Analisando o Referencial Curricular do Estado do Tocantins observamos logo em sua parte introdutória que o documento afirma que cabe a escola o papel de cumprir sua atribuição legal e atuar na formação do cidadão:

(...) Exige-se que a escola cumpra com a sua atribuição legal e atue decididamente na formação de um cidadão capaz de entender e interpretar a ciência, as tecnologias, as artes, a diversidade humana e os valores éticos, políticos e estéticos, para assumir de fato seu papel na construção de uma sociedade mais justa e solidária. (TOCANTINS, Referencial Curricular do ensino Fundamental, 2008, p. 13).

Ao se referir ao ensino de língua portuguesa o referencial curricular do estado do Tocantins o documento voltado ao ensino fundamental nas suas orientações didáticas sugere o trabalho com “escuta de textos orais”. Nesse ponto é citada a inserção da literatura popular, bem como a literatura de cordel, o texto orienta da seguinte maneira:

O trabalho com a escuta de textos orais é fundamental para que o aluno tenha acesso tanto aos usos da linguagem mais formal quanto da convencional, considerando a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Para o desenvolvimento dessa prática discursiva é importante que se constitua um corpus relevante de gêneros textuais (cordel, causos, canção, entrevista etc) utilizando-se de audiovisuais (CD, projetor multimídia, pen-drive, mp6 e DVD), para se propor a escuta orientada desses textos. (TOCANTINS, Referencial Curricular do ensino Fundamental, 2008, p. 338).

O texto ainda cita outras possibilidades de organização das atividades didáticas relacionadas a “escuta de textos orais”, como por exemplo “Convidar contadores de história, causos, cordel ou autores locais”. Essas orientações do documento divergem em alguns aspectos com o que está exposto nos conteúdos curriculares, pois apenas em uma unidade, já no oitavo ano do ensino fundamental é citada, no eixo “prática de escrita e produção de textos”, a produção de cordel como gênero textual, apesar de ser constante em todas as séries o eixo “prática de escuta de textos orais” onde está citado como conteúdo:

Compreensão e identificação dos diferentes gêneros do oral, articulando elementos lingüísticos com outros de natureza não-verbal (gestos, expressões faciais, postura corporal). (TOCANTINS, Referencial Curricular do ensino Fundamental, 2008, p. 306).

Apesar de muito pertinente a sugestão de trabalhar com gêneros da oralidade, até mesmo como método de prestígio a literatura popular, que em suas raízes está associada diretamente a oralidade, o texto oficial do estado não especifica nenhum gênero em especial, o que pode favorecer em alguns casos a não efetivação do seu objetivo principal. No documento direcionado ao ensino médio existe em cada unidade didática um eixo intitulado: “A prática da produção de texto: Da oralidade à escrita” que apesar de citar a oralidade na

produção de textos, em apenas uma unidade, já no último bimestre do terceiro ano do ensino médio é que temos a citação do gênero Cordel, único gênero ligado a literatura popular associada a esse eixo do referencial curricular para o ensino médio, já que todos os outros citados no documento estão relacionados a gêneros e técnicas redacionais da redação oficial.

Nas orientações didáticas feitas a respeito do trabalho em sala de aula com a oralidade o documento curricular oficial do Estado do Tocantins para o ensino fundamental cita o seguinte:

Caberá à escola, portanto, valorizar esse conhecimento, e oferecer ao educando instrumentos necessários para utilizar adequadamente a Língua oral em instância pública nas diversas situações comunicativas, possibilitando uma reflexão sobre os recursos que a Língua oferece para alcançar diferentes finalidades comunicativas de forma cada vez mais competente. Portanto, é preciso que o aluno planeje a sua fala, considerando as especificidades das condições de produção (O quê? Para quem? Para quê? Como?), o uso da variedade linguística adequada, bem como a utilização de elementos não-verbais. (TOCANTINS, Referencial Curricular do ensino Fundamental, 2008, p. 340)

Analisando os aspectos relacionados a oralidade citados no documento percebemos que o objetivo principal do texto em trabalhar com essa temática é fazer com que os alunos conheçam as variedades linguísticas com foco na fala dos mesmos. E quando o texto cita o “uso da variedade linguística adequada” já nos remete a concluir o estudo da língua padrão, da linguagem oficial fazendo comparativo com algumas linguagens especificamente orais. Observamos então que os espaços nos documentos oficiais do estado voltados para literatura popular estão mais direcionados para o desenvolvimento de conteúdos relacionados a língua padrão.

2.3 A Literatura Popular no Livro Didático do ensino médio e fundamental.

O sapo com muita fome
Foi saindo do barreiro
Um batalhão de formigas
Lhe enfrentaram no terreiro
E o Sapo com o língua
Venceu o cortejo inteiro.

O Macaco é bicho esperto
O Jumento trabalhador

O Macaco é mais alegre
O Jumento mais sofredor
O Jumento sofre calado
O Macaco é chiador.
(José Francisco Borges)

Ao analisarmos os livros didáticos de língua portuguesa do ensino básico brasileiro na atualidade percebemos o uso ainda bastante antigo do ensino de literatura que prioriza a divisão da mesma em períodos ou escolas literárias. Sendo assim, os livros didáticos utilizam-se de alguns respectivos autores clássicos da literatura com poucos diálogos com outras leituras. Nesse contexto percebemos que a literatura popular, em especial a LC, acaba por não constar nos mesmos como meio de expressão cultural, artística e literária, mesmo diante de diversas pesquisas que apontam o quanto ela é importante para o diálogo, aprendizagem e entretenimento em sala de aula.

Segundo os PCN, em sua publicação de 2006, o professor não apenas pode discordar do livro didático como também pode utilizar-se de outros textos que não estejam no mesmo, para que dessa maneira não se limite somente a ele. Dessa maneira é possível trabalhar em sala de aula outros textos, não apenas eruditos, mas também textos da literatura popular. Até mesmo para que os alunos possam ter acesso a textos que interajam com o seu contexto sociocultural já que a maioria dos livros didáticos são produzidos pensando-se no eixo Rio-São Paulo como bem afirma o professor Hélder Pinheiro (2006):

(...) como os livros didáticos são, em sua totalidade, escritos no eixo Rio-São Paulo, os autores não priorizam autores contemporâneos de outras regiões do país. Não conheço nenhum livro didático de ensino médio que trabalhe com literatura de cordel, para ficarmos apenas num dos gêneros da literatura popular. Autor como Leandro Gomes de Barros, por exemplo, é um ilustre desconhecido de alunos e professores, uma vez que não está no cânon. Vale lembrar que a literatura de cordel está na base de obras de autores da importância de Ariano Suassuna, embora ela devesse ser trabalhada não apenas por isto. (PINHEIRO, 2006, p.106/107)

O autor ainda cita Leandro Gomes de Barros, que apesar da sua importância para a literatura de cordel aqui no Brasil, é pouco conhecido no ambiente escolar tanto por alunos como professores, mesmo que alguns dos seus textos tenham influenciado obras como o Auto da Compadecida de Ariano Suassuna, que é citado em vários livros didáticos pela riqueza do seu trabalho literário. Esse é apenas um exemplo muito bem exposto por Pinheiro (2006) para deixar evidente que ainda há muito a se explorar em sala de aula da literatura popular brasileira.

Os dados estatísticos disponibilizados pelo Ministério da Educação através do site do PNLD - Plano Nacional do Livro Didático apontam que no ano de 2014 os livros mais distribuídos em todo o país para o ensino fundamental do 6° ao 9° ano foram: Em primeiro lugar o livro Português: Linguagens com 3.172.012 livros entregues, seguido pelo Projeto Teláris – Português com 2.081.451 livros e em terceiro Vontade de saber português com a marca de 1.887.984 livros, sendo estes os principais livros entregues em todo o Brasil para servir de base para o ensino de língua portuguesa no ensino fundamental do 6° ao 9° ano, obras estas escolhidas através do consenso dos professores de cada unidade escolar.

Para o ensino médio os livros mais distribuídos em todo território nacional a partir dos dados do PNLD referentes ao ano de 2015 foram os seguintes: em primeiro lugar o livro Português: Linguagens com 2.313.339 livros entregues, seguido pelo livro Novas Palavras – Português com 1.548.498 livros e em terceiro Português Contexto, interlocução e Sentido com a marca de 822.319 livros, estes todos escolhidos dentre as mais de 10 propostas para material didático de língua portuguesa.

A partir desses dados muito interessantes, observamos que o livro didático de língua portuguesa *Português: Linguagens* de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães é o livro mais escolhido pelos professores

do 6° ao 9° ano e do ensino médio em todo o país totalizando quase 40% dos livros distribuídos para o ensino médio na disciplina de português, e mais de 40% dos livros da mesma disciplina das series finais do ensino fundamental, sendo assim analisaremos o determinado livro, que nos é apresentado como o mais pertinente para o desenvolvimento das aulas da área de língua portuguesa segundo as escolhas dos livros didáticos feita pelos professores de cada escola em todo o país.

É importante deixar claro que durante o processo de escolha do livro didático os professores precisam recomendar uma segunda opção de livro caso não seja possível adquirir o livro que foi solicitado em questão, mesmo assim os números do PNLD são muito expressivos quanto a essa escola, já que no ensino médio o livro *Português: Linguagens* teve mais de um milhão de livros a mais que o segundo colocado, distribuídos no país em 2014, no ensino fundamental series finais a diferença é ainda maior, é mais um milhão e meio a mais que o segundo colocado, sendo mais que o dobro de livros distribuídos para as escolas públicas do país.

Outra questão a se observar é que vamos analisar aqui apenas os dados estatísticos dos livros didáticos de língua portuguesa relacionados a escola pública, por estar diretamente voltada ao ensino público, que deve ser de qualidade, segundo o que nos afirma a legislação educacional, como também por existir poucos dados estatísticos quanto ao uso do livro didático de língua portuguesa no ensino particular.

O livro *Português: Linguagens* em seus 4 volumes referentes ao, 6°, 7°, 8° e 9° ano, analisando os quatro livros não identificamos em nenhuma das quatro unidades de cada livro, em que o mesmo está dividido, referências a literatura de cordel, em todos os livros da coleção identificamos apenas o uso de textos clássicos para o desenvolvimento das atividades propostas, não há em nenhum espaço específico de análise textual onde seja trabalhada a literatura popular, em específico a LC.

Nessa mesma coleção voltada para o ensino médio em seus 3 volumes apenas em seu primeiro volume, no livro dedicado ao 1º ano do ensino médio, encontramos uma página voltada para breves informações sobre “A poesia de tradição oral: O cordel”, nesse espaço o livro traz a seguinte afirmação:

Na poesia popular brasileira de tradição oral, destaca-se a literatura de cordel, um tipo de poesia muito conhecido e apreciado em todo o Nordeste brasileiro.

Normalmente o poema de cordel é produzido oralmente e depois impresso em pequenos folhetos, ilustrados com xilogravura. O nome desse tipo de poesia se deve ao modo tradicional de expor os folhetos, isto é, pendurados em cordel (corda fina) ou barbante. (CEREJA, MAGALHÃES, 2013, p.59)

Podemos observar que são informações bem superficiais e até certo ponto desencontradas, já que o cordel não existe apenas no Nordeste, mas em quase todas as regiões brasileiras, da mesma maneira que pode não ser encontrada em algumas regiões do Nordeste. Outra informação desencontrada é dizer que é produzido oralmente e depois impresso, muitos poetas antes mesmo de apresentarem seus textos o trabalham de forma impressa e só posteriormente os divulgam. Após essas informações o material didático cita dois fragmentos de cordel dos autores Mudim do Vale e José Antônio dos Santos.

Ao analisarmos os 3 livros da coleção do ensino médio de Cereja e Magalhães (2013), somente encontramos citação sobre a literatura popular, em específico a LC, nesse primeiro volume, os demais volumes dedicam-se a trabalhar a literatura dentro dos seus períodos e autores clássicos. Concluímos então que apesar das inúmeras motivações para se trabalhar o cordel em sala de aula, a análise da coleção em questão é apenas um exemplo que ainda há um certo preconceito em se trabalhar com a literatura popular ou LC.

3 – LITERATURA DE CORDEL E INTERDISCIPLINARIDADE.

João Grilo foi um cristão
Que nasceu antes do dia
Criou-se sem formosura
Mas tinha sabedoria
E morreu ante da hora
Pelas artes que fazia.
(João Martins de Athayde)

As análises aqui realizadas sobre os usos da LC na sala de aula passam por propostas bem claras de relacioná-la com os conceitos que temos sobre a interdisciplinaridade, quem sabe até a uma visão transdisciplinar. Quando abordamos o uso da LC na sala e aula não podemos esquecer o trabalho do professor Hélder Pinheiro e da professora Ana Cristina Marinho no livro: O Cordel no Cotidiano Escolar quando ao falarem do uso de cordel para crianças e jovens leitores eles afirmam o seguinte:

Hoje, em contextos em que há pouco espaço para uma experiência com a literatura oral mediada pelos adultos, em locais como mercados e feiras, terreiros de casas e alpendres, é preciso pensar novos espaços/situações para apresentar o cordel as crianças e jovens. Percebemos algumas aproximações entre a literatura popular e a recente literatura infantil brasileira. (MARINHO; PINHEIRO, 2012, p.49)

Para os autores existem hoje poucos espaços, ou talvez até inexistam, assim como haviam antigamente, para que crianças e jovens tenham contato direto com a literatura popular mais precisamente a LC. Dessa maneira faz-se necessário que essa aproximação aconteça em novos espaços/situações, assim pensamos a sala de aula ser um espaço muito propício para esse contato. Mas essa aproximação carece de maiores estudos, já que segundo o próprio Pinheiro livros ainda muito usados para analisar a história da literatura brasileira não enfocam a temática. Segundo o autor:

Nenhuma história da literatura brasileira, desde a clássica obra de Sílvio Romero (1980), passando por José Veríssimo (1976), Ronald de Carvalho (1919) e a importante Antologia nacional, organizada por Fausto Barreto e Carlos Laet (1960), chegando as obras contemporâneas fundamentais como a História concisa da literatura brasileira, de Alfredo Bosi, trouxe como matéria de estudo a literatura oral de maneira geral ou, mais particularmente, a literatura de cordel. (PINHEIRO, 2013, p.37)

Podemos observar que todos esses manuais sobre a literatura brasileira que foram citadas pelo autor não abordam a literatura oral, e todos deles são muito difundidos e utilizados como suporte de pesquisa sobre a literatura no Brasil. Partindo desse ponto de vista identificamos a necessidade de abordar a importância da literatura popular na literatura brasileira, principalmente em contextos de formação. Diversos pesquisadores atualmente

têm observado a capacidade da LC de dialogar como diversas disciplinas. Ainda segundo Pinheiro:

Se a literatura de cordel traz uma vivência peculiar de determinados grupos sociais, se traz questões humanas que interessam não apenas ao grupo a que esteve ligado em seu nascedouro, certamente ela poderá ter um significado para outros leitores, uma vez que apresenta uma experiência humana de pessoas simples, mas nem por isso desprovidas de vivências interiores, de percepção muitas vezes aguda sobre a condição humana, sobre determinadas instituições ou sobre a condição humana, sobre determinadas instituições ou sobre fenômenos da natureza. (PINHEIRO, 2013, p.38)

Partindo dessas observações de Pinheiro a respeito das características que ligam a LC enquanto literatura popular as diversas questões humanas analisamos nesse trabalho a sua relação com o ensino interdisciplinar. Buscamos observar quais contribuições a cordel traz a diversas disciplinas diante das suas especificidades e características através das nossas próprias análises e das observações feitas em outros trabalhos que abordam o ensino em algumas disciplinas distintas da literatura.

3.1 Ensino de literatura e Literatura de Cordel: A questão do Cânone.

Vicente, o rei dos ladrões
Foi professor de Cancão
E mestre de Pedro Quenco,
Outro sujeito enrolão
Mas de Pedro Malasartes
Até recebeu lição!
(Antônio Lucena)

A estrutura do ensino de literatura na escola, tanto no ensino fundamental quanto no médio, traz como estrutura básica escolhas textuais do livro didático e de outros materiais de apoio ao professor, textos canônicos que, até certo ponto, estão fechados em suas estruturas didáticas de “grades” ou referenciais curriculares. Para Pinheiro, é necessário ampliar o ensino de literatura com o estudo de literatura popular ou oral, especificamente trabalhando com a literatura de cordel. Segundo o autor:

Em princípio, não negamos o cânone, antes, achamos que ele necessita ser ampliado, incluindo em seu corpus, entre outras manifestações, parte significativa da literatura de origem popular. Mais especificamente, no caso da literatura brasileira, defendemos a presença da denominada literatura de cordel no rol das vertentes da literatura que mereciam ser levadas à escola, espaço canônico por natureza. (PINHEIRO: 2013, p. 36)

Ainda segundo Pinheiro, fazem-se necessárias inovações no ensino de literatura na sala de aula. É importante buscar novas metodologias de ensino que focalizem o texto e não outros aspectos ligados a ele, facilitando assim o diálogo do leitor com o texto, uma vez que:

É fundamental pensar procedimentos que fujam da tradicional aula expositiva de literatura, das abordagens que têm como ponto de partida não o texto, mas informações históricas, formais, temáticas sobre autores e obras. É imprescindível sempre partir do texto literário – seja ele popular ou erudito – e procurar, no âmbito da escola, realizar o que Colomer (2007) chama de leitura compartilhada. Noutras palavras, estimular o jovem leitor ou a criança

a se pronunciar sobre o texto, a dizer seu ponto de vista, a dialogar com o texto e com os colegas. (PINHEIRO: 2013, p. 45)

Nesse aspecto podemos identificar a importância que o autor dispensa as questões do ensino de literatura enfatizando que todo e qualquer ensino literário deve partir do texto em si, independente do texto ser de origem popular ou erudita. O autor ainda afirma que:

Mais especificamente, no caso da literatura brasileira, defendemos a presença da denominada literatura de cordel no rol das vertentes da literatura que mereceriam ser levadas à escola, espaço canônico por natureza. (PINHEIRO: 2013, p. 36)

A fala do professor Pinheiro deixa evidente a defesa da presença da LC no espaço de ensino pelas suas características literárias inatas. A sugestão da LC como gênero a ser trabalhado na escola evidencia uma proposta de articulação entre a literatura canônica e a literatura popular, levando-se em consideração que existe um diálogo entre as mesmas que pode desenvolver o ensino de maneira significativa.

Observamos que a leitura surge na escola como uma oportunidade de proporcionar ao aluno o contato com o outro, enxergando assim a pluralidade cultural como uma forma de levá-lo a ser capaz de exercer a sua cidadania plenamente, sem os vestígios de imposição de uma cultura sobre a outra. A partir desse aspecto a nossa discussão não busca substituir textos literários canônicos por textos da LC, mas sim ampliar as opções de leitura dos alunos, com o objetivo de lhes proporcionar contato mais plural com as diversas formas de gêneros textuais e artísticos encontradas no país.

Percebemos que o mundo em que vivemos hoje exige muito mais habilidades pessoais como agilidade, criatividade e discurso persuasivo o que impõe ao ambiente escolar algo novo: levar o aluno a apropriar-se dos escritos para agir na vida (ROJO, 2006). Ao observar esse contexto, identificamos que

a diversidade dos gêneros textuais ganha força em sala de aula, pois a partir dela o aluno entra em contato com uma grande variedade de opções textuais, as quais, conseqüentemente, irão fornecer uma visão mais ampla de mundo.

É justamente o desenvolvimento do senso crítico do aluno que pode levá-lo a perceber não só a sua posição no mundo como também a posição do outro. O contato com a LC pode ser capaz de proporcionar aos alunos uma ampliação de sua capacidade de enxergar as diversidades sociais, políticas econômicas e culturais de nosso país. É importante observar também que o trabalho direto com o folheto de cordel em sala de aula não pode resumir-se apenas a uma simples leitura dos textos ou até mesmo a uma produção de cordel. É necessário ir mais além, levar o aluno a repensar o que está escrito e a realidade social que o cerca em comparação com outros.

3.2 Acerca da Interdisciplinaridade: do pensamento simples ao complexo.

Entre o cordel e o repente
Há diferença infinita;
São duas formas distintas,
Uma oral e outra escrita;
A escrita é mais perfeita
A oral é mais bonita.

A poesia que se edita
Ao vernáculo é mais fiel,
A oral não perde tempo
Com caneta nem papel;
A oral é o repente,
A escrita é o cordel.
(Joames)

Atualmente muito se discute acerca da utilização da literatura de cordel como estímulo ao ensino de diversas disciplinas diferentes do conhecimento. Apesar de trabalhar a interdisciplinaridade na partilha de textos de literatura com outras disciplinas, para Marinho e Pinheiro, essa utilização do cordel acaba por não o focar como ele deveria ser visto, reduzindo assim, o espaço, que deveria existir na escola, para a cultura popular. Segundo os autores:

Acreditamos que a literatura de cordel ou de folhetos deve ter um espaço na escola, nos níveis fundamental e médio, levando em conta as especificidades desse tipo de produção artística. Considerá-la apenas como uma ferramenta que pode contribuir com a assimilação de conteúdos disseminados nas mais variadas disciplinas (história, geografia, matemática, língua portuguesa) não nos parece uma atitude que contribua para a construção de uma significativa experiência de leitura de folhetos. (MARINHO e PINHEIRO: 2012, p. 12)

Pertinentemente, o uso da literatura de cordel em outras disciplinas, além do compartilhamento de ideias e de metodologias entre disciplinas distintas, desenvolve-se a interdisciplinaridade tão necessária ao ambiente escolar. A crítica dos autores está mais voltada à forma como a literatura popular será vista pelos alunos, poderá se criar mais um ar de pragmatismo na

leitura de cordel do que especificamente de prazer pela leitura. Mas a literatura de cordel sempre estará dialogando com outras disciplinas, e nunca será diferente, pois, pela sua própria característica de oralidade estará sempre citando algum fato interessante do conhecimento humano, como afirma Japiassu:

O modo de pensamento ou de conhecimento fragmentado, monodisciplinar e simplesmente quantificador, tomando como critério de construção o ponto de vista (o paradigma) de um ramo do saber autodeterminado ou disciplina, com todos os seus interesses subjacentes, é responsável pela prevalência de uma inteligência bastante míope ou cega na medida em que é sacrificada a aptidão humana normal de religar os conhecimentos em proveito da capacidade (também normal) de separar ou desconectar. (JAPIASSU: 2006 p. 15)

Para Japiassu, a fragmentação de pensamentos e ideias de forma monodisciplinar e apenas quantificadora se traduz em uma “inteligência míope”, falha, já que, leva em consideração apenas um ponto de vista. Relação que percebemos no ensino disciplinar em sala de aula durante muitos anos, uma cegueira que não nos permite conhecer a outra margem do conhecimento. Não levando em consideração a capacidade natural humana de relacionar, distinguir e comparar as diversas áreas do conhecimento. Cabe aqui, portanto, um retorno ao percurso no pensamento ocidental deste pensamento, comumente chamado “simples” ao “complexo” que caracteriza o momento em que escrevemos.

Segundo Valéria S. Medeiros, na tese de doutoramento “Estudos em vermelho: caminhos do enigma” (2002), apesar da enorme gama de desenvolvimentos científicos contemporâneos podemos distinguir três eixos correspondentes a avanços nas dimensões epistemológicas clássicas: da simplicidade à complexidade (é preciso ver e lidar com a complexidade do mundo em vários níveis), da estabilidade à instabilidade (percebemos que o mundo é dinâmico e está em processo e, portanto, devemos considerar a indeterminação, ou seja, a natureza imprevisível, irreversível e incontrolável de

alguns fenômenos) e finalmente, da objetividade à intersubjetividade na determinação do conhecimento do mundo.

O reconhecimento de que o mundo, seu conhecimento científico é socialmente construído em espaços consensuais, internalizado e institucionalizado por diversas comunidades científicas, transforma a supressão da subjetividade em um questionamento da objetividade. O cientista/detetive opera em espaços múltiplos da realidade. A complexidade representa uma dimensão importante neste novo paradigma. Atualmente, o termo não implica uma ausência ou insuficiência teórica, transformando-se em uma questão, objeto de estudo e pesquisa sistemática.

Na medida em que o desenvolvimento das ciências da informação oferece meios para a problematização da complexidade, e, principalmente, para a tentativa de estabelecimento de respostas, a apropriação de elementos do romance de enigma - fundado sobre a simplicidade - por parte da narrativa contemporânea permite pensar a complexidade e a constante busca de soluções ainda que estas sejam inalcançáveis por instrumentos clássicos de indagação da realidade.

A física coloca um problema lógico, quando a lógica clássica demonstra-se insuficiente para lidar com paradoxos por ela identificados. O paradoxo constitui o “calcanhar-de-aquiles” da noção aristotélica de mundo, denunciando a incapacidade dos pares de opostos que fundamentam a concepção lógico-analítica-racional de mundo em descrevê-lo. Desse modo,

Se o romance de enigma reflete um modelo de cientificidade clássica para o qual a constatação da possível existência de contradições lógicas representa um problema, na absorção e no questionamento desta estrutura narrativa em *O nome da rosa*, de Umberto Eco, e *Trilogia de Nova York*, de Paul Auster, manifesta-se o modelo da complexidade (MEDEIROS, 2002, p.239)

Derivada do latim *complexus* – aquilo que é tecido em conjunto, como um tapete – estas narrativas partem da evocação ao romance de enigma como paradigma que treina o leitor para perceber o mundo simplificando-o através da aplicação dos supostos científicos tradicionais. Se a dominância da simplicidade dificulta a percepção da complexidade, a porção da narrativa contemporânea, objeto de nossa investigação, não somente manifesta e problematiza a simplicidade, como nos confronta com a complexidade crescente do mundo contemporâneo, permitindo pensá-lo como uma enorme tapeçaria entretecida de fios múltiplos.

Enquanto o romance de enigma do século XIX, emblematizado na literatura pelo Chevalier Dupin (criado por Edgar Allan Poe em seus contos de raciocínio em 1841-45) e Sherlock Holmes (levado ao campo do romance por Sir Arthur Conan Doyle em 1871) permite, diz Medeiros, estabelecer o pensamento simplificador de modo exemplar, estas narrativas nos oferecem a possibilidade de pensar o complexo: ao mudarmos o foco, vemos coisas diferentes:

Entendemos que o objeto de estudo deva ser contextualizado, em vez de claramente delimitado. Tal procedimento exige uma ampliação do foco, deixando de enfatizar exclusivamente o enigma para poder entrever sistemas mais amplos, que incluam as relações entre enigma e a realidade circundante. Em nossa perspectiva, o pensamento disjuntivo, característico de processos de redução traduzido pela alternativa do tipo “isto ou aquilo”, é substituído por um pensamento integrativo, do tipo “isto e aquilo”. Trata-se de um processo dialógico, onde sabemos antecipadamente que não chegaremos a uma solução unificadora, necessário para uma articulação que se propõe a manter a multiplicidade em meio à unidade sem pretensão de síntese. (Medeiros, 2002, P.240)

Em outras palavras, para pensar complexamente é necessário mudar convicções básicas. Não por acaso, Medeiros adota como foco as possíveis e necessárias relações entre as disciplinas mútuas, contribuições e subsídios que fornecem para o desenvolvimento de nossos argumentos, contrariamente a uma abordagem redutora de compartimentação das instâncias do conhecimento. Pensar um objeto – em nosso caso, a literatura de cordel e o ensino interdisciplinar de literatura em lugar do enigma e a narrativa

contemporânea sobre os quais a autora se debruçou – significa pensar em sistemas complexos cujas múltiplas interações não subscrevem uma causalidade linear.

Na lógica clássica, a contradição sinaliza perigo, alertando para um erro lógico, imobilizando o pensamento linear. A busca de verdades (e não “a Verdade” do pensamento simples) com persistência pelo pensamento contemporâneo, diferentemente, é mobilizada continuamente pela força do paradoxo. A simplificação de base do pensamento tradicional absolutiza a lógica aristotélica: o pensamento está subordinado à lógica, levando o cientista do século XIX a se deparar com situações em que a lógica não ajuda a confrontar o paradoxo. Portanto,

Se tradicionalmente tentava-se reduzir ou eliminar os paradoxos através da manutenção da lógica clássica, atualmente reconhecemos a necessidade de uma revisão, que possibilite a emergência de lógicas não-clássicas. Pensar a narrativa contemporânea sob a perspectiva da complexidade não permite compreender o universo numa dimensão simplificadora, não oferece um método (não-positivo) para fazê-lo, mas gera, compensatoriamente, um desafio que estimula novas formas de pensar e agir. (MEDEIROS, 2002, pp. 240-241).

Trazendo a questão para o terreno do ensino, historicamente a literatura popular teve um papel fundamental no ensino em algumas regiões do país, já que esses textos eram os únicos textos que alguns alunos podiam ter acesso. A educação no Brasil sempre existiu para alguns poucos que podiam pagar por ela. Segundo Oliveira:

No tocante à educação, o cordel foi, durante muitos anos, o único texto disponível para a alfabetização de milhares de nordestinos que viviam longe dos centros urbanos. A educação no Brasil sempre foi um privilégio das classes altas durante todo o século XIX, fazendo com que as taxas de analfabetos, principalmente nas regiões rurais, continuassem bastante elevadas. É nesse contexto que surgiu a Literatura de Cordel nordestina. Os folhetos, como qualquer outro portador de texto, possuem uma inequívoca funcionalidade didática e informativa. Através da sua utilização como ferramenta educativa em leituras coletivas, a população mais pobre pôde, mesmo de forma escassa e sem nenhum apoio das autoridades governamentais, aprender a ler e obter informações dos acontecimentos ocorridos nas cidades maiores como Recife, Fortaleza, Salvador, etc.,

desempenhando o papel de “jornal do sertão”, pois as notícias mais importantes só chegavam aos ouvidos do povo através das chamadas “histórias de acontecido”. (OLIVEIRA: 2012 p. 16)

Como vemos, são diversas as diversas funcionalidades do Cordel, do final do século XIX para o início do século XX, que por diversas vezes foram utilizadas como recursos de aprendizagem escolar, por suas características didáticas e informativas, como também em vários momentos funcionava como o “jornal do sertão” sendo um dos poucos meios de informação das populações mais distantes dos grandes centros urbanos.

3.3 A Literatura de Cordel e o diálogo com outras disciplinas.

No artigo *O uso da literatura de cordel como texto auxiliar no ensino de ciências no ensino fundamental*, de Wilson Seraine da Silva Filho e Renato P. dos Santos ambos da ULBRA – Canoas-RS, os autores relatam os resultados de uma pesquisa de mestrado que foi aplicada em uma turma de 7º ano do ensino fundamental na cidade de Teresina-PI, usando o método quantitativo, trabalhou-se um determinado conteúdo da disciplina de ciências (Excreção: a eliminação das sobras), que foi transformado em literatura de cordel (texto com 28 estrofes, usando a sextilha), por um poeta popular/cordelista (Pedro Costa), e usado como recurso de ensino-aprendizagem.

A partir dos dados de uma avaliação com dez questões, contendo quatro opções para cada questão, foi feita a análise quantitativa do rendimento da turma de alunos que tiveram contato com o texto de literatura de cordel em comparação ao rendimento de uma outra turma que não teve contato com o texto e usou apenas o texto prosaico tradicional para aprendizagem do conteúdo. Os resultados da pesquisa comprovaram que a turma, a qual o texto de literatura de cordel foi usado como recurso de aprendizagem, obteve uma melhoria no desempenho da atividade em detrimento da outra turma, com relação a avaliações anteriores. Segundo os autores do artigo:

Com esses resultados, confirmamos então a facilitação que o cordel e sua rima proporcionam para a absorção dos conteúdos de ciências ou, generalizando, qualquer outra matéria do currículo não só do ensino fundamental, mas também do ensino médio. Usando a literatura de cordel, o professor não estará somente usando a ferramenta pedagógica em si, como também valorizando aquela parte da cultura, que, mesmo vinda da Europa, ficou tão brasileira como o futebol. (FILHO e SANTOS: 2008, p.11)

Assim, o artigo então utiliza-se de dados quantitativos para analisar os efeitos da utilização da literatura de cordel no ensino de ciências, e comprova,

através dos seus dados, que o uso da literatura popular facilitou a compreensão do conteúdo. Dessa maneira, o texto de literatura de cordel demonstrou ser um recurso eficaz no processo ensino/aprendizagem, além de valorizar a cultura popular.

O artigo *Contribuições da literatura de cordel para o ensino de cartografia*, de Alexandre Vítor de Lima Fonsêca e Karen Sheron Bezerra Fonsêca ambos da UFMA, é o resultado de algumas reflexões metodológicas a respeito do ensino de Cartografia no Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica – PROEB/UFMA nos municípios de Viana e São Bento, no Estado do Maranhão. E faz um debate sobre o uso da literatura de cordel enquanto recurso didático e metodológico para o ensino de Geografia, nas comunidades mais distantes da sede da universidade onde a carência de recursos didáticos é grande. A literatura de cordel é sugerida como metodologia, a partir da sistematização em versos do conteúdo geográfico de fusos horários e escala, tendo como referenciais expressões do cotidiano, visto que tais expressões proporcionam uma melhor compreensão da disciplina. Segundo Fonsêca e Fonsêca,

resultados observados ao longo das aulas de Geografia nos PROEB'S sobre o uso da Literatura de Cordel com temática geográfica nos permitem a sistematização de alguns pontos relevantes nessas reflexões. O primeiro, a relação entre linguagem em versos geocartográficos e a prática docente; e o segundo, a proposta metodológica de utilização da literatura de cordel como prática em sala de aula. (FONSÊCA e FONSÊCA: 2008, p.132)

O artigo em questão faz um reflexão muito pertinente a respeito da importância da literatura popular como recurso didático em regiões onde a ausência desses mesmos é muito grande, e, para além disso, a linguagem do texto de literatura de cordel está diretamente correlacionada com o cotidiano e o *modus vivendi* dos estudantes.

No artigo *A Literatura de Cordel como veículo de popularização da ciência: uma intervenção no ensino de Física*, Maria de Lima, Jean Moisés de Souza e Marcelo Gomes Germano ambos da UEPB, os autores buscam identificar os folhetos de Cordel existentes que versavam sobre temas científicos e em especial temas da ciência Física, como também, analisar a utilização destes em sala de aula como estratégia de motivação para o ensino de ciências. Como metodologia de trabalho, foi executada uma pesquisa documental no acervo de Literatura de Cordel na biblioteca Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba; a identificação e catalogação dos cordéis cujos títulos abordavam alguns temas relacionados à Ciência. Após a catalogação dos cordéis, foram realizadas oficinas em algumas escolas públicas do município de Campina Grande, Paraíba, onde foram apresentados aos alunos alguns Cordéis, e como culminância foi elaborado um cordel sobre os conteúdos da Física pelos alunos. Segundo LIMA, SOUZA e GERMANO:

Analisando os dados coletados, e baseando em teorias de alguns estudiosos da área, verificamos que o uso da literatura de cordel em sala de aula proporciona uma aula bem mais interativa, despertando nos estudantes uma motivação maior nas aulas de Física para entender os conteúdos apresentados e os reaproximando de uma cultura que por vários fatores eles acabaram se afastando. O uso desse recurso tem influenciado de forma significativa na aprendizagem do estudante, os estimulando a enxergar o que há por trás dessas produções textuais, chegando a ver que os cordéis são capazes de expressar não só histórias de alguns contadores, mas acima de tudo eles trazem questões políticas, sociais, culturais e científicas. Por outro lado o uso dessa ferramenta torna o seu cotidiano mais próximo do conhecimento científico, proporcionando um relacionamento mais simples da ciência com o dia a dia. (LIMA, SOUZA e GERMANO: 2011, p.09)

A partir das análises apresentadas no artigo é possível compreender o potencial interativo da literatura de cordel no ensino interdisciplinar, além de ser um recurso que motiva a aprendizagem em algumas áreas do conhecimento. É possível, também, trabalhar através da literatura popular a correlação entre cotidiano e ciência, já que há uma diversidade muito grande de temáticas abordadas nos folhetos de cordel.

O artigo *A literatura de cordel no ensino de História: reflexões teóricas e orientações metodológicas*, de Jairo Carvalho do Nascimento da UESC-BA, promove um debate sobre o ensino de história e sobre novas metodologias de ensino. Deste modo, o autor aborda os textos de literatura de cordel como recurso didático para o ensino/aprendizagem da disciplina, levando-se em consideração o seu caráter histórico presente em diversos folhetos, que contam passagens históricas na visão dos seus respectivos autores. Assim, segundo NASCIMENTO,

Ao usar a literatura de cordel enquanto documento, o professor estará, de forma direta, evidenciando aos alunos que as visões e as representações contidas nos folhetos de cordel são condicionadas pela ideologia dos autores; ao mesmo tempo, oportuniza aos alunos o desenvolvimento da reflexão, da atividade crítica; por fim, o professor contribuirá, nesse contexto didático-pedagógico, para o que Rafael Ruiz chama de “edificar o próprio ponto de vista”, ou seja, o aluno, construindo conceitos, levantando problemas, estabelecendo relações entre realidades (tempo/espaço) históricas diferentes. (NASCIMENTO: 2005, p.07/08)

Ou seja, o artigo em questão aborda o uso da literatura de cordel não apenas como recurso didático, mas também a utilização da mesma como documento histórico, dado a sua importância na narração de alguns fatos histórico/sociais brasileiros e até internacionais e a partir deles a formação de uma visão crítica do educando, na análise dos fatos.

4. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO CORDEL E DO ENSINO BÁSICO.

Uma proposta que poderá vir a ser a maior mudança no ensino médio da rede estadual de São Paulo, a maior do País, está sendo finalizada na área pedagógica da pasta da Secretaria de Educação para ser discutida no Conselho Estadual de Educação (CEE) no segundo semestre.

O ensino médio paulista tem 1,9 milhão de alunos, concentrando 42% do total de alunos da rede, segundo dados da sinopse Estatística da Educação Básica de 2014. As mais de 3,6 mil escolas estaduais paulistas com ensino médio têm quase a mesma quantidade de alunos na etapa que Minas, Bahia e Rio juntos.

O início de um novo modelo de currículo no ensino médio a partir de 2016 baseado no protagonismo do aluno no processo ensino-aprendizagem foi anunciado em 06 de junho de 2015. A ideia consiste na conversão da maior parte do curso em disciplinas optativas, oferecendo ao aluno um leque de disciplinas optativas que vão da prática de ciência à moda passando pelo teatro, ou seja, optando por disciplinas de sua preferência e interesse a partir da oferta de disciplinas fora da grade tradicional.

A implantação se dará a princípio em um número limitado, mas ainda não definido de escolas escolhidas por adesão ao projeto para mais tarde abranger toda a rede. Essa estratégia de adesão e as boas experiências do modelo adotada no modelo de Escola de Tempo Integral, iniciado em 2011, é que têm inspirado o novo currículo. Hoje, essas 257 unidades de tempo integral

- escolas do fundamental ao médio - têm grade flexível, com base em um conceito de protagonismo juvenil.

A transformação se dará principalmente nos 2.º e 3.º anos, quando o aluno montará sua grade após cursar um 1.º ano ainda com o currículo fechado, em um “núcleo comum”, tal como acontece hoje em toda a educação básica. Em resposta à falta de articulação com a realidade do jovem, uma das críticas mais recorrentes ao ensino médio, o secretário da Educação de São Paulo, Herman Voorwald, resume o espírito da empreitada inovadora: “Ou mudamos ou vamos falir e esses meninos não vêm para a escola. Se ele odeia Matemática, pode optar por Artes, Idiomas”. A crença no protagonismo do estudante seria assim a saída para o que se considera o ponto nevrálgico da situação da educação brasileira. A aposta consiste em uma tentativa de reversão da perspectiva do aluno que se sente à margem das decisões sobre os rumos de sua própria educação sintetizada na fala de uma aluna do ensino médio da rede na zona oeste da capital: “Quem está sempre certo são os professores”.

A proposta ainda não foi divulgada na íntegra, gerando mais perguntas do que respostas neste momento e certamente suscitará debates em vários níveis.

No artigo “Era uma vez: o conto maravilhoso, o estruturalismo e o ensino de literatura”, Medeiros, Almeida e Carmo partem desta proposta para questionar os rumos do espaço dedicado ao ensino de literatura no ensino básico:

Me ocorrem duas perguntas, não excludentes entre si. Primeiramente: é suficiente mudar “o que” se ensina e não pensar no “como se ensina”? É

possível que o projeto preveja uma mudança metodológica, é preciso aguardar. Em segundo lugar, nos apressamos em perguntar qual o lugar reservado à Literatura no novo currículo. Porém, penso que ainda que o espaço exíguo reservado à Literatura nos dias de hoje na educação aumente – ou não – a situação do ensino da Literatura precisa ser observado, pensado e reelaborado. Falo aqui da elaboração de uma investigação da metodologia do ensino de literatura – considerando suas especificidades – para então pensarmos em transformações efetivas nesta busca junto à outras epistemologias por afirmação no ensino fundamental. (MEDEIROS, ALMEIDA, CARMO, p.1-2, no prelo)

Nesta perspectiva, investigaremos neste subcapítulo e no próximo, como a literatura de Cordel e o ensino de literatura em perspectiva interdisciplinar poderiam, a exemplo do conto maravilhoso como propõem as autoras, poderiam contribuir para o resgate tanto do espaço quanto da legitimidade social da literatura na escola brasileira.

4.1 Do PNE ao PEE 2015-2025

A Lei nº 13.005/2014 oficializa o Plano Nacional de Educação, este é um instrumento de planejamento do Estado democrático de direito que traz orientações para a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor educacional brasileiro. Após vários debates sobre os problemas educacionais do país, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos. O PNE 2014-2024 é dividido em dez diretrizes, entre elas estão a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais. É importante observar também que de acordo com o art. 7º dessa nova lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas do plano.

No dia 25 de junho de 2014, marco importante para novos rumos na educação brasileira, a lei 13.005 foi sancionada, sem vetos, e fez entrar em vigor o PNE. Este o segundo Plano de Educação aprovado por uma lei. Ao observarmos que na redação dada pelo constituinte, o art. 214 da Carta Magna previu a implantação legal do Plano Nacional de Educação. Ao ser feitas alterações em tal artigo a Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 fez melhorias no papel do PNE, ao estabelecer que sua duração deve ser decenal. Anteriormente o texto previa o plano de forma plurianual, dessa maneira também aperfeiçoou seu objetivo: articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino.

O texto traz como principais orientações os propósitos que estão expressos nos incisos do art. 214 da Constituição, que são: a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e

tecnológica do país; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

O texto deixa claro em suas diretrizes, como está exposto em seu artigo segundo, o seguinte:

Art. 2º São diretrizes do PNE: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos(as) profissionais da educação; X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014, p.43)

Analisando o que está exposto na diretriz III sobre a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” temos um ponto interessante que podemos relacionar com a temática que trabalhamos em nossa pesquisa, pois a superação das desigualdades educacionais relacionada a alguma forma de discriminação é o ponto de partida para repensarmos a educação como espaço de reflexão sobre todo e qualquer tipo de desigualdade e discriminação. Nesse aspecto, lembramos o quanto a literatura popular, mesmo com todo interesse científico que já exemplificamos aqui, ainda passa por algumas discriminações no âmbito educacional, como é o observado na análise do seu uso no livro didático de língua portuguesa.

Observando ainda a diretriz VII sobre a “promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país”, lembramos que a promoção cultural e humanística traz muitas reflexões acerca da relação do trabalho em sala de aula com a literatura popular. Até mesmo porque não tem como dissociar a

relação entre cultura e LC, por exemplo, as relações que fazem a mediação entre esses contextos podem formar uma ampliação da visão de mundo dos nossos alunos.

O PNE é um documento que serve de referência e que, por esse mesmo motivo, contemplará várias dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, o texto está embasado em várias lutas e propostas formalizadas por aqueles que sempre defenderam uma sociedade igualitária e mais justa, e que sempre terá como objetivo uma educação pública, de forma gratuita, democrática e de qualidade, para todos, em todos os níveis. O documento base do PNE serviu de parâmetro para que todos os estados brasileiros também elaborassem os seus documentos oficiais definindo objetivos e metas para a educação, por esse motivo foi elaborado, de acordo com o que está disposto no artigo 8º da lei 13.005, o PEE do Estado do Tocantins, sancionado pela lei estadual 2.977 de 08 de julho de 2015 (2015-2015).

O Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins segue as metas estabelecidas no PNE e complementa as discussões com mais questões ligadas a educação no estado, no que se refere a meta 3 do PEE em sua estratégia 3.8 estabelece o seguinte:

Reformulação dos processos de ensino e aprendizagem, que considere a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico que forme sujeitos de direitos e de deveres, ressignificando o cotidiano escolar, capaz de promover uma base unitária, de pensamento e compreensão das determinações da vida social e produtiva, fortalecendo o protagonismo investigativo, que articule o trabalho e a cultura na perspectiva da emancipação humana. (TOCANTINS, 2015, p.10)

Observamos então, assim como está exposto no PNE, a preocupação em uma formação ética e a autonomia intelectual, além da formação do pensamento crítico, essa questão ligada a formação do sujeito deixa clara a

linearidade entre os dois planos. Assim analisamos então, que a literatura popular em especial a LC pode contribuir de maneira significativa, em sala de aula, para a compreensão das determinações da vida social fazendo intercâmbio entre cultura e sociedade, assim como está disposto em ambos os documentos.

4.2 O perfil do professor nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e PCN.

Ao analisarmos a prática do professor em sala de aula observamos que apesar do mesmo ter em suas mãos vários métodos e técnicas de práticas pedagógicas, ele ainda continua insistindo em uma aula tradicional e sem motivação. Aula em que o professor é o sujeito do processo, e não o aluno, ou seja, uma aula que apenas “repassa conhecimento”. A atividade de ensino aprendizagem nos parece ser uma das experiências mais conservadoras das atividades humanas. Ampliando esse pensamento observamos a fala de Demo:

A aula que só repassa conhecimento ou a escola que somente se define como socializadora de conhecimento não sai do ponto de partida e, na prática, atrapalha o aluno, porque o deixa como objeto de ensino e instrução. Vira treinamento. (DEMO, 2005, p. 14).

Existem várias pesquisas e estudos que repensam métodos e técnicas de ensino, mesmo assim o professor, juntamente com o sistema educacional brasileiro, continuam insistindo numa aula tradicional. Na atualidade, em meio a tanta informação e tecnologia, não há justificativa plausível para continuarmos parados no tempo. Para tanto, não existe mais espaço para o que Freire (2005) definiu como aula bancária. A aula apenas copiada não constrói nem ressignifica nada de distintivo e, por isso mesmo, não educa.

Para uma mudança significativa na prática do professor em sala de aula uma sugestão interessante de ampliação da prática educativa é o trabalho com contextos culturais. O contexto cultural poderia ser mais abordado na escola, talvez até como requisito obrigatório no processo educacional,

abordando, por exemplo, a cultura local, produzida pelas pessoas da região, podendo se tornar um dos elementos mais significativos na prática docente e escolar. Assim como afirma Farias (2006, p.11) a desvalorização da cultura humanística compromete a formação mais ampliada e contextualizada do conhecimento científico.

A valorização da questão cultural se faz necessária não apenas nas aulas de História ou Literatura, mas também em todas as disciplinas. Podemos observar que na maioria das escolas somente se fala de cultura em datas comemorativas do ano letivo, sem levar em consideração o cotidiano do aluno, isto é, trabalha-se a cultura de uma maneira apenas lúdica ou simplesmente informativa, apontando para os estudantes o dia do folclore, dia da poesia, dia da música dentre outros. Nietzsche (apud DIAS, 2001, p36), há pouco mais de cem anos já havia afirmado: “Não existe cultura sem um projeto educativo, nem educação sem uma cultura que a apoie”, trazendo assim críticas ao tecnicismo do ensino na Alemanha em meados do século XIX.

Ao observarmos o que diz a Constituição Federal de 1988 juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram desenvolvidos para servirem como referência para o trabalho docente no âmbito dos ensinos fundamental e médio no Brasil. Sendo assim, o documento, mais do que especificamente um conjunto de regras, sugere caminhos para se desenvolver o processo ensino aprendizagem, expressando assim os novos entendimentos em torno da ação pedagógica.

No âmbito da disciplina de Língua Portuguesa, por exemplo, os PCN enfatizam a importância do uso dos textos no processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita. Assim como afirma os PCN, os textos:

[...] favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada (BRASIL, 1997a, p. 26).

E, complementando essa defesa pelos textos, os PCN complementam ainda a ideia afirmando a necessidade de se colocar:

[...] à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitadas os seus portadores: livros de contos, romances, poesia (...), revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros (BRASIL, 1997a, p. 61).

A partir das orientações dadas pelos PCN já é possível identificar o benefício que a inserção da LC na escola pode trazer para o processo de ensino aprendizagem: contribuir com o processo de diversificação de textos. Considerando-se que o texto em folhetos de cordel é também um artefato estético, que possui marcas peculiares, entre as quais a plurissignificação e a desautomatização da linguagem (FIORIN; SAVIOLI, 1990; PROENÇA FILHO, 1995), podendo oferecer ainda ao leitor observar estratégias de criatividade e trabalho com autores e realidades sociais. Por essa razão, os PCN afirmam que:

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário (BRASIL, 1997a, p. 29).

Diante do que observamos, analisar o cotidiano do professor a partir da questão legal e da realidade que se observa em sala de aula é uma tarefa complexa. Não podemos condenar o profissional da educação, que em muitos casos não recebe estrutura adequada ou suficiente de trabalho, a desenvolver o trabalho que sonhamos presenciar, da mesma maneira que observamos no

professor o ponto de partida para uma verdadeira mudança na educação do país. Dessa maneira observamos eu muitas coisas são necessárias para atingirmos as metas e objetivos do PNE, dentre elas a formação e motivação do professor.

4.3 Cordel e Diversidade Cultural

Compreendemos que, a partir de uma visão sociointeracionista, o texto não surge na sala de aula apenas como um pretexto para se fazer uma abordagem simplória da gramática ou da literatura, muito menos para ser usado como modelo apenas. Para além disso, o texto precisa ser visto pelas vozes que o mesmo pode trazer e pelo seu potencial de significados, como também pela intertextualidade ou mesmo pelas análises dos contextos da realidade que podem estar explícitos (ROJO, 2006).

Nossa pesquisa busca analisar também as diversas possibilidades de leituras estéticas e sociais que o texto de cordel pode proporcionar em uma aula de Língua Portuguesa. Magalhães (2005) destaca que a literatura vem sendo usada comumente em sala de aula apenas como um pretexto para o ensino da gramática e, por isso mesmo, a sua relação com a vida tem se perdido, fato que tem levado ao abandono da reflexão sobre a realidade para reduzir o seu uso a análises da expressão e forma linguística. A autora acrescenta ainda que os alunos têm perdido a noção de que as escolas literárias decorrem da criatividade dos escritores em dado momento histórico-social.

As determinações da realidade são o pressuposto da arte, cabendo à análise literária esclarecer como um sujeito histórico reflete uma realidade também histórica, porque obra de homens e mulheres reais. (MAGALHÃES, 2002, p.134, apud MAGALHÃES, 2005)

Segundo Chiappini (2005), para que os textos sejam de fato compreendidos faz-se necessária uma visão interdisciplinar, a qual irá exigir muito mais que a decodificação de sinais. A partir da análise que a leitura faz parte do mundo e, por isso mesmo, requer a compreensão de diversos conteúdos que irão se constituir na interação texto-leitor. Ao observarmos essa relação, serão de fundamental importância os objetivos do leitor, porque são eles que vão determinar a busca pelo aprofundamento em determinados conteúdos e métodos.

A partir da inserção dos temas transversais nos PCN observamos que o seu principal objetivo foi trazer para o debate de sala de aula assuntos importantes e que não fazem parte de uma disciplina específica nos referenciais curriculares das escolas. Refere-se a questões como meio ambiente, pluralidade cultural, ética e saúde, temas que devem ser trabalhados segundo uma perspectiva interdisciplinar. Faz-se necessário observar que esses temas transversais também se ocupam da valorização de questões locais. Segundo o texto dos PCN, o:

[...] currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos (BRASIL, 1997c, p. 25).

Ao considerarmos que os cordelistas discutem frequentemente em seus textos assuntos abordados nos PCN sob o título de temas transversais universais, confirma-se assim a importância do uso da LC como objeto de ensino-aprendizagem, afinal de contas, o cordel há muito tempo já vem trabalhando essas questões, como por exemplo o meio ambiente, a ética, além de defender a importância da pluralidade cultural. Assim identificamos que a literatura de folhetos pode ocupar um lugar importante em sala de aula tanto por oferecer ao aluno um espaço de reflexão, quanto por propiciar aos mesmos uma percepção da rica diversidade cultural brasileira.

O cordel, pelas suas próprias características e linguagens, pode ser muito propício ao trabalho em sala de aula tanto em relação ao trabalho com a questão da oralidade quanto em relação ao estudo específico de variantes linguísticas, ou de variantes regionais. Nesse aspecto, o trabalho com cordel pode contribuir para a descoberta de novos vocabulários, nesse sentido a ampliação do conhecimento sobre a diversidade linguística do português falado no Brasil. Nesse caso a LC servirá como um exemplo de combate ao preconceito linguístico, pois mostrará como cada variante pode contribuir para a formação de um mosaico linguístico brasileiro, tendo assim diversas potencialidades expressivas para a produção da beleza oral e estilística e na transmissão de diversos saberes.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação e importância da literatura popular, para o ensino de literatura e até mesmo para uma perspectiva transdisciplinar, acaba sempre entrando em conflito com as escolhas canônicas que dizem o que se deve ensinar e como ensinar, e até mesmo o que é bom e o que é ruim, excluindo na maioria das vezes os textos de origem popular, mas mesmo com a tentativa de marginalizar a literatura popular, ela sempre ressurgiu, pois, a força da obra popular está em si mesma.

O ensino de literatura brasileira não pode mais ignorar a realidade literária nacional, marginalizar algumas literaturas em detrimento de outras, simplesmente por considerar algumas “eruditas” e outras não. Mesmo com diversos estudos sobre o ensino de literatura no Brasil, ainda continuamos presos a referenciais curriculares, que precisam ser cumpridos, e que não levam em consideração o que está nos PCNs e muito menos se preocupam com o estudo de outras literaturas que sempre estiveram à margem, por serem consideradas populares.

Os poetas populares brasileiros necessitam de mais espaço para difusão dos seus trabalhos, bem como de mais pesquisas e discussões, ao mesmo tempo em que seus textos precisam ser trabalhados em sala de aula como qualquer outro sem qualquer tipo de discriminação. Essas ações são importantes para que o ensino de literatura brasileira seja mais universal, transdisciplinar e tenha muito mais o estereótipo brasileiro do que apenas um perfil de cópia do que o eurocentrismo burguês considera literatura ou não.

Na sala de aula, as análises aqui expostas apontam que as novas percepções acerca do processo ensino-aprendizagem requerem uma quebra de paradigmas e a superação de muitos preconceitos. No que diz respeito ao ensino de linguagem, observamos que se faz necessário repensar a velha noção de certo/errado. Da mesma maneira, a oralidade precisa ser valorizada, dissociando a mesma do analfabetismo apenas e em oposição à escrita.

Como podemos observar nesse trabalho os textos tradicionalmente marginalizados pela escola passaram a ser agora valorizados como repositórios de linguagens, expressões culturais e objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento humano. Nesse processo, a LC se revela bastante interessante no trabalho com a diversificação textual, no contato com a oralidade, ou mesmo no exercício da criatividade, da percepção estética e estilística até à pluralidade cultural brasileira. Mas há muito ainda por se fazer, como foi possível observar na análise dos livros didáticos de língua portuguesa mais utilizados no país, que pouca atenção dão a literatura popular e que em muitas realidades são os únicos instrumentos utilizados pelos professores para o ensino-aprendizagem.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Roberta Monteiro. **A literatura de cordel em sala de aula: Uma proposta pedagógica para a construção de um sujeito crítico**. 2010. 118f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2001.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2006.

_____. **PCN+ Ensino Médio: Orientações complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens, 1**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. 7ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens, 2**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens, 3.** São Paulo: Saraiva, 2013.

_____, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens 6º ano.** São Paulo: Saraiva, 2012.

_____, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens 7º ano.** São Paulo: Saraiva, 2012.

_____, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens 8º ano.** São Paulo: Saraiva, 2012.

_____, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens 9º ano.** São Paulo: Saraiva, 2012.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história.** Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHIAPPINI, Ligia. **Reinvenção da catedral.** São Paulo: Cortez, 2005.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em Cordel.** São Paulo: Edusp, 2001.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cavalaria em Cordel: O passo das águas mortas.** São Paulo: Hucitec, 1993.

FILHO, Wilson Seraine da Silva; SANTOS Renato P. dos. **O uso da literatura de cordel como texto auxiliar no ensino de ciências no ensino fundamental.** Disponível em: <http://www.fisica-interessante.com/files/artigo-literatura_de_cordel_ensino_de_ciencias.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

FONSÊCA, Alexandre Vítor de Lima; FONSÊCA, Karen Sheron Bezerra. **Contribuições da literatura de cordel para o ensino de cartografia.** Londrina: Geografia, UEL, Volume 17, Número 2, p. 123-132, 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

JAPIASSU, Hilton. **O sonho Transdisciplinar: e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LIMA, Josenildo Maria de; SOUSA, Jean Moises de; GERMANO, Marcelo Gomes. **A Literatura de Cordel como veículo de popularização da ciência: uma intervenção no ensino de Física**. Disponível em: < <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0934-1.pdf> >. Acesso em: 04 mar. 2015.

LUYTEN, Joseph M. **O que é literatura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____, Joseph M. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MEDEIROS, Valéria da S. **Estudos em vermelho: caminhos do enigma**. 2002. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Estudos Literários, PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

MARINHO, Ana Cristina; PINHEIRO, Hélder. **O cordel no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

MELLO, Luiz Antônio. **Antropologia Cultural: Iniciação, teoria e temas**. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. **A literatura de cordel no ensino de História: reflexões teóricas e orientações metodológicas**. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0477.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2015.

OLIVEIRA, Carlos Jorge Dantas de. **A Formação da Literatura de Cordel Brasileira**. 2012. 380f. Tese (Doutorado)- Programa de Doutorado em Teoria

da Literatura e Literatura Comparada, Universidade de Santiago de Compostela – Faculdade de Filologia, Santiago de Compostela, 2012.

PINHEIRO, Hélder. **O que ler? Por quê? A literatura e seu ensino** In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita. **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 35-49.

ROJO, Roxane. **O texto como unidade e o gênero como objeto de ensino de Língua Portuguesa**. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Encontro na linguagem: estudos lingüísticos e literários. Uberlândia, EDUFU, 2006.

SLATER, Candace. **A vida no barbante: A Literatura de cordel no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano**. 2ª Edição. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Palmas/TO: 2008. 281 p.

7 - Anexos

O ORGANISMO HUMANO A
INSUFICIENCIA RENAL EM
LITERATURA DE CORDEL

Para evitar problema
Tem que estar conscientizado
De seu sistema urinário
Tenha sempre esse cuidado
Tomando bastante água
Mantenha o corpo hidratado.

Água e outros nutrientes
Substâncias essenciais
Tem que ser absorvidas
Pôs o organismo é capaz
De eliminar os resíduos
Que são prejudiciais.

Pra ter um equilíbrio interno
O organismo elimina
O gás carbônico e uréia,
Tudo que lhe contamina
Dispensar o ácido úrico
E purificar a urina,

13

O corpo humano precisa
De estar em manutenção
Mas vale lembrar também
Dizer que as excretas são
Resíduos das reações químicas
Produtos de excreção

As fezes não são excretas
Nos termos constituídos
São restos de alimentos
Que não foram digeridos
O organismo absorve
Deixando os órgãos nutridos

Constitui-se pelos rins
Substância descartada
Por ele forma a urina
Depois é eliminada
Pela via urinaria
Para fora é dispensada.

Veja como funciona

O Sistema urinário

O Sangue leva a substancia

De um modo extraordinário

Vai alimentar as células

Tudo que for necessário.

O corpo possui um filtro

Que na passagem retém

As impurezas do sangue

E as substancias que vem

Circular pelo organismo

Tem que funcionar bem.

Os rins para organismo

Tem sido fundamental

Esses dois órgãos que ficam

Na parte abdominal

Funcionando lado-a-lado

Da coluna vertebral

Cada um tem um formato

De um caroço de feijão,

Cada um dos rins recebe

Toda ramificação

Da artéria renal que leva

O sangue pro coração.

Ureteres são dois tubos

Que serve pra transportar

A urina dos rins a bexiga

De modo espetacular

Semelhante ao formato

De uma bolsa muscular.

Ramificações tão finas

Que vem da artéria renal

Os capilares que trazem

O Sangue arterial

E formam uns amaranhados

Mas de um modo especial.

Parecidos com novelos

De lã que vamos chamar

Por nome de Glomérulas

Para melhor explicar

Tem estrutura arredondada

A Cápsula glomerular.

Néfron é tubo renal

Que garante a filtração

Do sangue e em cada rim

Cada rim tem um milhão

De Néfrons que precisam

Funcionar pela pressão.

A veia e artéria renal

Nos seus devidos lugares

Unem o ducto coletor

E as cápsulas similares
São Elas que levam o sangue
Direto pros capilares.

Juntos formam um conjunto
De modo espetacular
Formam os glomérulos que cai
Na cápsula glomerular
Passa pra o tubo renal
Pra bem o rim funcionar.

As substancias contidas
Nesses líquidos filtrados
Água, glicose e sais
Minerais são bobinados,
Retomam o circulo do sangue
Pra os rins não ser afetados.

Com a circulação sanguínea
Resta nos tubos apenas
Água, uréia, ácido úrico,
Em quantidades pequenas
Amônia é a urina
Segue de formas serenas.

Quando o organismo retém
De um modo parcial
A água e outros resíduos
A insuficiência renal

Desequilibra a saúde
Para muitos é fatal.

Que com os rins afetados
Eles podem até parar
Os resíduos celulares
Precisa se eliminar
É fazendo hemodiálise
A Forma de se tratar.

As partículas em excesso
Devem ser eliminadas
De dentro do organismo
Em sessões realizadas
Até vezes por semanas
Nas pessoas necessitadas.

Os resíduos retirados
Retorna a circulação
Depois de limpar o sangue
Pode ser a solução
Do paciente renal
Viver sem complicação.

O rim artificial
Criado pelo holandês
Mil novecentos e quarenta
Doutor Willem Kolff fez
Pra amenizar o problema

Da saúde em escassez

Sem sucesso a hemodiálise
Torna-se o caso agravante
Remédio não susta efeito
Mesmo tomando constante
Sua única solução
É passar por um transplante.

Casos de transplante de rim
São muitos constrangedores
Um dos motivos maiores
Não existem doadores
Para atender a todos
Causando suspense e dores.

O paciente renal

Sofre de certa maneira
Que os remédios contínuos
Deixa o corpo com canseira
Causa anemia e diabetes
Hipertensão e cegueira.

Eu peço a Deus toda hora
Coragem, saúde, e sorte.
Coragem pra trabalhar,
Saúde me mantém forte.
Sorte livrar das doenças,
Que aceleram a minha morte
(Pedro Costa)

FUSOS HORÁRIOS

Dois compadres conversando,
Logo depois do almoço
Um deles era bem velho
E o outro um belo moço
O velho falava muito
Expondo sabedoria.

O moço ouvia tudo,
Mas muito pouco entendia.
O velho disse pra ele
Algo de admirar:
Enquanto aqui o sol brilha,
É noite em outro lugar.

O moço ficou calado.
Depois pensou e falou:
- Isso é muito complicado.
Quem entende disso é doutor.
O velho ficou irado
E disse num vozeirão:

- Quando aqui chega à noite,
Chega o dia no Japão.
A geografia estuda
Com clara demonstração
O que contribui pra isso,
É o movimento de rotação.

Isso tudo acontece
Num intervalo de tempo.
Pois duram 24 horas
Todo esse movimento.

Por causa desse movimento
No globo terrestre é que acontece
De uma parte fica clara,
e outra parte escurece.

Isto que eu vou dizer,
Não é algo imaginário.

O globo terrestre está dividido
Em 24 fusos horários.

Num período de 24 horas,
Em todos os dias do ano
O globo irá oferecer ao sol
Todos os seus meridianos.

Pra não ficar complicado
pro tráfego Marítimo e também
Continental,
Em 1884, resultou em Washington
A celebração de um congresso
internacional.

Veja como acontece
O fuso horário no Brasil
Temos o 1º, 2º, 3º e 4º,
Ainda bem que o 5º não existiu.

Em todos eles existem
A diferença da hora.
Vamos ver tudo isso
Exatamente agora.

No 1º fuso, a diferença
é de menos 2 horas.
Abrangendo algumas ilhas
E o arquipélago de Fernando de
Noronha.

Se não sabia disso,
não fique com vergonha.
O 2º fuso É especial.
Com menos 3 horas
É o fuso oficial.

O 3º é de menos 4 horas
Como agora vou citar:
Compreendem o Mato Grosso,
O Amazonas e a região do Pará.

Já o 4º Fica em destaque
 Abrange um pouquinho do
 Amazonas
 E o Estado do Acre.
 Para concluir eu digo

Que fiz um grande esforço.
 Concordo com o senhor velho
 E não discordo do moço.

(Sandra Regina Silva)

Jesus no Xadrez

No tempo em que as estradas
 Eram poucas no sertão
 Tangerinos e boiadas
 Cruzavam a região
 Entre volante e cangaço
 Quando a lei
 Era a do braço
 Do jagunço pau-mandado
 Do coroné invasô
 Dava-se no interiô
 Esse caso inusitado
 Quando o Palmeira das Antas
 Pertencia ao capitão
 Justino Bento da Cruz
 Nunca faltô diversão
 Vaquejada, canturia
 Procissão e romaria
 sexta-feira da paxão
 Na quinta-feira maiô
 Dona Maria das Dores
 No salão paroquial
 Reuniu os moradores
 Depois de uma preleção
 Ao lado do capitão
 Escalava a seleção
 De atrizes e atores
 Todo ano era um Jesus
 Um Caifaz e um Pilatos
 Só não mudavam a cruz
 O verdugo e os maltratos
 O Cristo daquele ano
 Foi o Quincas Beija-flor
 Caifaz foi Cipriano
 Pilatos foi Nicanô
 Duas cordas paralelas
 Separavam a multidão
 Pra que pudesse entre elas
 Caminhar a procissão

Quincas conduzindo a cruz
 Foi num foi adivirtia
 O Cinturião perverso
 Que com força lhe batia
 Era pra bater maneiro
 Bastião num intidia
 Divido um grande pifão
 Que tomou naquele dia
 D'um vinho que o capelão
 Guardava na sacristia
 Cristo dizia:
 - Ô rapais, vê se bate divagar
 Já to todo incalombado
 Assim num vô agüentar
 Tá cá gota pra duer
 Ou tu pára de bater
 Ou a gente vai brigar
 Jogo já essa cruiz fora
 Tô ficando aperriado
 Vô morrê antes da hora
 De ficar crucificado
 O pior é que o malvado
 Fingia que num ouvia
 E além de bater com força
 Ainda se divertia
 Espiava pra Jesus
 Fazia pôco e dizia:
 - Que Cristo frôxo é você?!
 Que chora na procissão
 Jesus, pelo que se sabe
 Num era mole assim não
 Eu to batendo com pena
 Tu vai vê o que é bom
 Na subida da ladeira
 Da venda de Fenelom
 O côro vai ser dobrado
 Até chegar no mercado
 A cuíca muda o tom
 Naquele momento ouviu-se
 Um grito na multidão
 Era Quincas

Que com raiva
Sacudiu a cruz no chão
E partiu feito um maluco
Pra cima de Bastião
Se travaram no tabefe
Pontapé e cabeçada
Madalena levou queda
Pilatos levou pancada
Deram um cacete em Caifaz
Que até hoje num faz
Nem sente gosto de nada
Dismancharam a procissão
O cacete foi pesado
São Tumé levou um tranco
Que ficou desacordado
Acertaram um cocorote
Na careca de Timote
Que inté hoje é aluado

Inté mesmo São José
Que num é de confusão
Na ânsia de defender
Seu filho de criação
Aproveitou a garapa
Pra dar um monte de tapa
Na cara do bom ladrão
A briga só terminou
Quando o dotô delegado
Interviu e separô
Cada santo pro seu lado
Desde que o mundo se fez
Foi essa a primêra vez
Que Jesus foi pro xadrês
Mas num foi crucificado

Chico Pedrosa

CHOREI MUITO DE SAUDADES!
VENDO A CASA ONDE MOREI

No regresso ao meu nordeste,
Fui rever o meu amigo,
Sem ter medo nem perigo,
Andei em todo o agreste,
Um pedaço do Nordeste,
Com cuidado captei,
Eu ainda perguntei,
Responderam de verdade,
Chorei muito de saudades,
Vendo a casa onde morei.
Visitei minha professora,
Vi Manuel Capueiro,
Fui rever o Meu Barreiro,
Numa tarde animadora,
Conversei com educadora,
Abraçando lhe falei,
Ela chorou eu notei,
Me comovi de verdade,
Chorei muito de saudades,
Vendo a casa onde morei

Visitei José e João,
Com Zeneide minha esposa,
No mato eu vi a raposa,
Que não fez muita questão,
Nós sentamos no oitão,
Caju com pinga eu tomei,
Mais quando me deparei,
Eu me comovi de verdade!
Chorei muito de saudades,
Vendo a casa onde morei

Saindo à tardzinha,
A volta que meu regresso,
Para mim foi um sucesso,
Falar com dona Mundinha,
Fui em direção da casinha,
Quando eu vi eu solucei,
Quase nem acreditei,
Eu pensei em liberdade!
Chorei muito de saudades,
Vendo a casa onde morei

Contei os pés de cajus,
Ali no nosso terreiro,
Morreu o pé de juazeiro,
Não tinha mais urucus,
Somente os mandacarus,
E o poço que cavei,
E dentro dele eu entrei,
De mato pela metade,
Chorei muito de saudades,
Vendo a casa onde morei

O campo de futebol,
Acabou todos esquemas,
Somente os pés de jurema,
Restou naquele arrebol,
À tarde olhando o sol,
Dentro da casa entrei,
Ali não me controlei,
Com toda sinceridade
Chorei muito de saudades,
Vendo a casa onde morei

No meu quarto estava às marcas,
Do armador de parede,
O lugar da minha rede,
A cerca já sem estacas,
No quintal chifre de vacas,
Na faxina eu pendurei,
Mais quando eu calculei,
Do tempo a velocidade,
Chorei muito de saudades,

Vendo a casa onde morei

O quarto do meu avô,
 Já todo desconsertado,
 Ainda olhei com cuidado,
 Ainda restou um armador,
 E no lugar do tambor,
 Tudo disso eu me lembrei,
 Da memória eu puxei,
 Do disquete de verdade!
 Chorei muito de saudades,
 Vendo a casa onde morei

Depois olhei para os cantos,
 Das paredes destruídas,
 As plantas todas sem vidas,
 Olhei a sala dos santos,
 Ali eu caí nos prantos,
 De Marcondes me lembrei,
 Eu ainda respirei,
 Pensando em crueldade!
 Chorei muito de saudades,
 Vendo a casa onde morei

No caminho do açude,
 Eu lembrei da minha história,
 Foi Deus quem me deu Glória,
 E também esta virtude,
 Satisfeito com saúde,
 Naquele momento eu parei,
 No entanto eu regressei,
 Com toda sinceridade!
 Chorei muito de saudades,
 Vendo a casa onde morei

De lá eu vi o engenho,
 Gabi desceu a ladeira,
 Quando pisou na poeira,
 Gostei do seu desempenho,
 Por isso digo que tenho,
 Este jeito que ganhei,
 No engenho eu trabalhei,
 Do meu sogro era a vontade!

Chorei muito de saudades,
 Vendo a casa onde morei

A família do barreiro,
 Tinha o Manuel pereira,
 Antonia Fátima a primeira,
 José Miguel o Primeiro,
 E o pé de Juazeiro,
 Quantos carços eu chupei,
 De Lucia de Na lembrei,
 Antonio sem ter maldade!
 Chorei muito de saudades,
 Vendo a casa onde morei

Olhei para a pitombeira,
 Vi a pedra de amolar,
 Está no mesmo lugar,
 Para amolar roçadeira,
 Lembrei também da carreira,
 Do jumento que ganhei,
 De seu Nezin eu herdei,
 Homem de simplicidade!
 Chorei muito de saudades,
 Vendo a casa onde morei

A Priscilla conheceu,
 A casa de onze irmãos,
 Percebi com emoção,
 Águas dos olhos correram,
 E também reconheceram,
 Em tudo que eu falei,
 Ela disse e eu notei,
 Sua história é de verdade!
 Chorei muito de saudades,
 Vendo a casa onde morei

Esta é minha história,
 Em rimas de um cordelista,
 Ser humano repentista,
 Para Deus eu vou dar glória,
 Guardei tudo na memória,
 No winchester eu compilei,
 Foi assim que eu gravei,

No disquete da verdade,
Chorei muito de saudades,

Vendo a casa onde morei.

LEI Nº 2.977, DE 08 DE JULHO DE 2015. Publicada no Diário Oficial nº 4.411

Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado, na conformidade do art. 8º da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO, constante do Anexo Único a esta Lei, que vigorará por dez anos, a contar da publicação.

Art. 2º São diretrizes do PEE/TO:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, consolidada na efetividade da autonomia administrativa, financeira e pedagógica;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;

VIII - garantia de recursos públicos em educação com proporção que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos profissionais da educação, com garantia de condições de trabalho;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

XI - fortalecimento do regime de colaboração interfederativo, com definições equilibradas na repartição das responsabilidades e corresponsabilidades;

XII - o reconhecimento da precedência da família na educação escolar até o término do ensino médio, fortalecendo e tornando efetiva a participação dos pais/mães nas políticas pedagógicas que tratem do assunto.

Art. 3º As metas previstas no Anexo Único a esta Lei:

I - são cumpridas no prazo de vigência deste PEE/TO, ressalvadas as metas e estratégias de caráter específico que careçam, respectivamente, de cumprimento e execução em prazo inferior;

II - fundamentam-se em pesquisas nacionais, estaduais e municipais, contidas no Documento Referência/2015 - Volume I e Pesquisa Estadual do Sistema de Gerenciamento Escolar do Tocantins - SGE/TO, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o Censo Demográfico e os Censos Nacionais da Educação Básica e Superior, mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Incumbe ao poder público estadual ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos, de modo a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações com deficiência que tenham entre quatro e 17 anos de idade.

Art. 4º A execução do PEE/TO e o cumprimento de suas metas são objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria da Educação;

II - Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins;

III - Conselho Estadual de Educação - CEE/TO;

IV - Fórum Estadual de Educação - FEE/TO.

§1º Compete às instâncias relacionadas neste artigo:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais na internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º Incumbe ao FEE/TO, ao longo do período de vigência deste PEE/TO, publicar a cada dois anos, estudos destinados a aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único a esta Lei, com informações organizadas por metas e consolidadas em âmbito estadual, tendo como referência as pesquisas de que trata o art. 3º, inciso II, desta Lei, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência deste PEE/TO, podendo ser ampliada, por meio de lei, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§4º O investimento público em educação, referido no inciso VI do art. 214, CF/88, e na meta 24 do Anexo Único a esta Lei, na conformidade do disposto no art. 213, CF/88, corroborado pela Constituição Estadual, art. 128, e pela Lei 2.139, de 3 de setembro de 2009, engloba:

I - os recursos aplicados:

a) na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

b) nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal;

II - as bolsas de estudo concedidas no Estado;

III - os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento do ensino fundamental, médio e da educação especial.

§5º Destina-se à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212, CF/88, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214, CF/88.

Art. 5º O Estado promoverá a realização de pelo menos duas conferências estaduais de educação, até o final do decênio, precedidas de conferências regionais e municipais, articuladas e coordenadas pelo FEE/TO.

§1º Incumbe ao FEE/TO, além do disposto no caput deste artigo:

I - acompanhar a execução do PEE/TO e o cumprimento de suas metas;

II - promover a articulação das conferências estaduais de educação com as conferências regionais e municipais que as precederem.

§2º As conferências estaduais de educação se realizam em intervalos de até quatro anos, com o objetivo de avaliar a execução deste PEE/TO e de subsidiar a elaboração do plano estadual de educação para o decênio subsequente.

Art. 6º O Estado atua em regime de colaboração com a União e os Municípios, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste PEE/TO.

§1º Cabe aos gestores, do Estado e dos Municípios, a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PEE/TO.

§2º As estratégias definidas no Anexo Único a esta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais, estaduais e municipais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º Os sistemas de ensino do Estado e dos Municípios se incumbem de criar mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PEE/TO e dos planos previstos no art. 7º desta Lei.

§4º Além da colaboração de que trata o caput deste artigo, deve se conceber também a cooperação específica destinada a implementar modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais, bem assim a utilizar estratégias que levem em conta as identidades e especificidades sócio históricas, socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada à respectiva comunidade.

§5º O fortalecimento do regime de colaboração de que trata este artigo inclui a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§6º Especificamente, o fortalecimento do regime de colaboração entre os municípios ocorre, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 7º Cumpre aos Municípios elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação - PNE e neste PEE/TO, ao evento desta Lei e ao termo deste decênio.

§1º Cabe aos Municípios estabelecerem, nos respectivos planos de educação, estratégias

que:

- I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
- II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
- III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

§2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, realizam-se com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 8º O Estado e os Municípios devem aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de dois anos contados da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 9º O Plano Plurianual - PPA, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado e dos Municípios são formulados, de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PEE/TO e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica do Tocantins - SAETO, coordenado pela Secretaria da Educação, em colaboração com os Municípios, constitui fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas deste nível de ensino.

§1º O sistema de avaliação a que se refere o caput deste artigo produz, no máximo, a cada dois anos:

- I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos alunos, apurado em exames nacionais e estaduais de avaliação, com participação de, pelo menos, 80% dos alunos de cada ano escolar, periodicamente, avaliado

em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo Censo Escolar da educação básica;

II - indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão.

§2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do §1º deste artigo não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§3º Os indicadores mencionados no §1º deste artigo são estimados por etapa, estabelecimento de ensino e rede escolar, em âmbito estadual, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, que fica admitida, exclusivamente, para a comunidade do respectivo estabelecimento e para a Secretaria da Educação.

§4º Cabem ao SAETO, coordenado pela Secretaria da Educação, a elaboração e o cálculo dos resultados e dos indicadores referidos no §1º deste artigo.

Art. 11. Incumbe à Secretaria da Educação, em parceria com FEE/TO, submeter à apreciação do Chefe do Poder Executivo o plano estadual de educação relativo ao decênio que sucede o aprovado nesta Lei, composto de diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias, ainda no primeiro semestre do nono ano de vigência deste PEE/TO.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 8 dias do mês de julho de 2015, 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado